

COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO DIRETOR

DEBATE PÚBLICO REALIZADO EM 6 DE OUTUBRO DE 2009

Presidência dos Srs. Vereadores Aspásia Camargo e Roberto Monteiro, Presidente e Relator da Comissão, respectivamente.

Às dez horas e trinta minutos, no Plenário Teotônio Villela, tem início o Debate Público da Comissão Especial do Plano Diretor, sob a Presidência da Sra. Vereadora Aspásia Camargo, Presidente da Comissão, “PARA DEBATER O TEMA URBANISMO, CONTIDO NO SUBSTITUTIVO Nº 3 AO PLC Nº 25/2001”.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Senhoras e senhores, bom dia.

Dou por aberto o Debate Público sobre o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro. A realização deste Debate visa atender ao disposto no parágrafo 4º do Art. 40 do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001), que determina a realização de processo participativo na elaboração e revisão do Plano Diretor. Os objetivos da discussão, no Debate de hoje, serão os dispositivos referentes ao tema Urbanismo, contidos no Substitutivo nº 3 ao Projeto de Lei Complementar nº 25/2001, bem como as emendas referentes a esses dispositivos enviadas pelo Poder Executivo e na tramitação de projetos que promovam sua alteração.

Para esclarecer um pouco essa linguagem jurídica, estamos aqui ouvindo abertamente a população, as lideranças da Cidade no que diz respeito ao tema Urbanismo, que é um tema inclusive que deixamos para o final e, de certa maneira, é o tema central, é o tema aglutinador central do Plano Diretor que diz respeito justamente à distribuição das funções no espaço e as regras que determinam esta ocupação.

É importante esclarecer que estamos ouvindo todos vocês para que possamos fazer um parecer final da Comissão Especial do Plano Diretor, que foi instituída aqui nesta Casa, composta por nove Vereadores e que tem como objetivo orientar a votação do Plano Diretor que já passou por uma primeira votação e está agora recolhendo esse parecer final, abrindo espaço para as emendas, estamos com um prazo de 5 a 16 de outubro, que provavelmente será também mais alargado, e que vamos recolher essas emendas e depois teremos o parecer da Comissão e aí a votação final em Plenário. Portanto é muito importante tudo o que vocês pensam sobre isso, é importante também que saibam que temos um www.camara.rj.gov.br, e lá temos um *link* direto para o Plano Diretor, portanto, sugestões, sistemáticas escritas ou que representem grupos ou simplesmente pareceres e sugestões in-

dividuais poderão ser encaminhadas para a Comissão e com muito prazer iremos acolhê-las e examiná-las para que sejam incorporadas a nosso parecer final.

A Mesa está assim constituída: Exmo. Sr. Secretário Municipal de Urbanismo, Sérgio Moreira Dias, que já vem acompanhando-nos aqui em diferentes momentos, já tivemos a oportunidade de ver uma apresentação mais completa do Plano, agora vamos ter oportunidade de focar mais em torno das questões ligadas especificamente ao urbanismo. Também temos aqui a presença da Subsecretária Municipal de Urbanismo, Maria Madalena Saint Martin de Astácio, que nos dá aqui um reforço técnico com sua equipe, especialmente Alice Amaral dos Reis, que é Coordenadora-Geral de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Urbanismo, e a Coordenadora de Macroplanejamento, Cláudia Murici, que nos acompanha também. Contamos aqui na Mesa com a presença da Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, Senhora Dayse Góis e, neste momento, será extremamente importante. Ela já nos deu várias contribuições ao Plano, mas hoje especialmente sua presença é bem recebida, e temos certeza que vai contribuir muito para o enriquecimento dos debates.

Vamos, ouvir aqui agora o Secretário de Urbanismo, e, tendo em vista a complexidade dos temas, temos que ter, Secretário, uma certa humildade, porque muitos aqui presentes são especialistas nisso e vão manifestar-se. Então, vou pedir ao senhor que seja sucinto, no sentido de que o texto está aí, é do conhecimento de todos, é um texto complexo que exige bastante capacitação. Evidentemente todos têm direito a dizer o que bem entendem, mas vejo aqui que muitas pessoas estão preparadas para esse Debate, sabem o que vão dizer e como vão dizer. Portanto, queira, por favor dar o máximo de valorização ao Debate, até porque estamos aqui à disposição para que todas as dúvidas, todas as dificuldades sejam esclarecidas ou aqui ou posteriormente. E não há limite de boa vontade e até de entusiasmo mesmo para que os temas possam ser aprofundados e debatidos.

Passo a palavra ao Secretário.

O SR. SECRETÁRIO SÉRGIO RABAÇA MOREIRA DIAS –
Muito obrigado.

Agradeço a oportunidade. Cumprimento a Exma. Sra. Vereadora Aspásia Camargo, a Presidente desses trabalhos. Cumprimento o Exmo. Vereador Chiquinho Brazão, aqui presente. A Arquiteta Dayse Góis, Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil. Agradeço a presença e cumprimento minhas colegas de Secretaria de Urbanismo, minha Subsecretária Maria Madalena, a Coordenadora Alice Amaral dos Reis, a Coordenadora de Macroplanejamento, Cláudia Murici e demais colegas que estão aqui presentes.

Cumprimento a todos os presentes, parabenizando-os por largar temporariamente suas ocupações na defesa de uma causa tão importante, o Plano Diretor que há tanto tempo está sendo necessária ser feita uma revisão deste Plano e sem a participação de cada um de vocês e de toda a sociedade ele não se aperfeiçoa hoje é um momento de grande realização, porque estamos chegando a uma meta, uma promessa comum ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo, estamos trabalhando muito em harmonia com o Poder Legislativo, com presença constante na coordenação da Vereadora Aspásia Camargo e de outros membros de seu grupo de trabalho.

A Cidade do Rio de Janeiro está passando por um momento histórico, onde não apenas o Debate extremamente amplo está sendo ampliado, mas um momento de transformações de grandes projetos, de grandes esperanças e especialmente nesta semana com a notícia da implantação do Projeto Olímpico, Rio 2016 em nossa Cidade, tenho certeza de que mudará a vida de todos nós, a vida da Cidade. Está na hora de realizarmos os jogos mais importantes de toda história, porque será realizada a Olimpíada na Cidade em desenvolvimento, num país sul-americano pela primeira vez, e vamos aproveitar dessa vez, com toda a essência, os legados dos jogos para benefício de nossa Cidade.

Antigamente, o tema dos jogos era: “O importante é competir”, e hoje em dia isso se perdeu um pouco na competição de jogos olímpicos e o que se deixa de importância é que o importante é ter legados e temos que aproveitar isso, porque é uma grande oportunidade de investimento na Cidade. Não podemos jogar fora essa oportunidade, e temos que trabalhar podem participar, cobrando o Poder Executivo para a efetiva implantação dos legados que fizeram parte tanto do caderno de encargos quanto do plano de legados, que foi elaborado pela Prefeitura e com muita participação e coordenação da Secretaria de Urbanismo. Quero pessoalmente dizer que é de muita importância para qualquer pessoa ter a responsabilidade de ser um Secretário de Urbanismo durante esse momento tão importante da Cidade. Sinto-me agradado por Deus por estar com essa missão, e ao mesmo tempo quero dizer a todos que me sinto extremamente responsável por conduzir a política de urbanismo na Cidade mais bonita feita por Deus, onde a responsabilidade dos profissionais e técnicos é muito maior. Temos que harmonizar as edificações e urbanismo desta Cidade com meio ambiente e melhorar a qualidade de vida de nossos irmãos e cidadãos.

A Secretaria de Urbanismo é composta de quatro coordenações de trabalhos específicos, a Coordenadoria de Planejamento Urbano, é responsável pelos planos, projetos e principalmente pelo Plano Diretor, por isso é que está aqui nossa Coordenadora Alice com a Cláudia, responsável pelo macrozoneamento, mas também a Coordenadoria de Licenciamento, fiscalizações que toma conta da Cidade, uma tarefa também muito difícil. Uma

Cidade que estava um pouco abandonada no aspecto de critérios de fiscalização. Hoje estamos atuando com muita força, e acho que é sentido esse trabalho de nossa equipe. Existe também a Coordenadoria de Regularização Fundiária onde trabalhamos nas comunidades, nos loteamentos irregulares. Estamos propondo a implantação de diversos pousos e uma política de regulamentação das unidades de áreas especiais de interesse social e também a Coordenadoria de Projetos, onde os projetos estratégicos, projetos marca da Cidade são realizados por ela.

Vou passar a apresentação simples do trabalho do Plano Diretor, porque o mais importante agora é deixar tempo aos senhores para dar continuidade ao Debate. A definição do Plano Diretor é: instrumento básico para um processo de planejamento municipal para implantação da política de desenvolvimento urbano norteando as ações dos agentes públicos e privados. Estamos no período da revisão do Plano Diretor onde os objetivos são basicamente atualizar seu conteúdo de acordo com as transformações da Cidade nos últimos 15 anos, é necessária a revisão em face dessas transformações. Vamos cumprir as exigências do Estatuto da Cidade e incluir as matérias das legislações federais posteriores à data de 1992. Como conteúdo, temos a política urbana, instrumentos de implementação e estratégias de implantação do Plano Diretor com suas características. Política urbana, princípios e diretrizes, prevalência do interesse coletivo sobre o interesse particular, filosofias da política, distribuição justa e equilibrada de infraestrutura dos serviços públicos e dos benefícios da urbanização. Condicionamento da ocupação urbana, a proteção do patrimônio natural, cultural e paisagístico. Implementação de infraestrutura em áreas efetivamente ocupada e de soluções habitacionais que reduzam a ocupação irregular.

Recuperação e conservação dos espaços públicos e patrimônio constituído em áreas degradadas ou subutilizadas, controle do uso e ocupação do solo para contenção de irregularidades fundiárias, urbanísticas e edilícias. Nas políticas setoriais, temos a Política de Desenvolvimento Urbano e Ambiental que abrange o ordenamento territorial, meio ambiente, saneamento ambiental, patrimônio cultural, habitação, regularização urbanística e fundiária e a política de transporte.

No setor de políticas econômicas: trabalho e renda, desenvolvimento econômico e científico e turismo.

Nas políticas sociais: a educação; a saúde; a assistência social e a cultura. Nas políticas de gestão: informação, segurança urbana, administração tributária, administração do patrimônio imobiliário municipal. Como instrumentos de implementação de política urbana, temos a regulação urbanística e o planejamento urbano. Na urbanística temos parcelamento, uso e ocupação do solo, obras e edificações, licenciamento e fiscalização. No planejamento urbano: Plano Regional, Planos de Estruturação Urbana,

os PEUs, o Plano de Programa Setorial e o Projeto Urbano. Como instrumentos temos a gestão do uso e ocupação do solo através de edificação e utilização compulsória, operação urbana consorciada, direito de preempção, Outorga Onerosa ao direito de construir, o relatório de impacto de vizinhança, o RIV. Gestão Ambiental e Cultural, a unidade de conservação de natureza, a área de preservação permanente, a área de proteção de ambiente cultural e os tombamentos, nos financeiros e orçamentários, os fundos municipais, o Plano Plurianual, PPA, as diretrizes orçamentárias, o Orçamento anual. Na questão tributária, o IPTU, a contribuição de melhorias e incentivos fiscais, na gestão de serviços urbanos, a agência reguladora de serviços e transportes, a concessão de prestação de serviços e as PPPs, parcerias público-privadas.

Para estratégia de implementação e acompanhamento e controle do Plano Diretor, seus principais objetivos e diretrizes são: a integração e complementaridade entre seus programas e planos para o desenvolvimento e ordenamento do território municipal. A otimização de recursos públicos destinados a ações, afins ou complementares. A integração das ações dos órgãos e entidades municipais, estaduais e federais, articulação de ações e divulgação, produção e uso de dados e informações sobre diversos temas por meio de uma política de informação que buscará a articulação entre os diversos cadastros setoriais e a universalização do acesso. A cooperação com as entidades afins das outras esferas de governo dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a participação da sociedade em sua elaboração, execução e fiscalização. Os sistemas de implementação, sistema integrado de planejamento urbano de gestão urbana, sistema de controle de uso e ocupação de solo, sistema de defesa da cidade, sistema municipal de informações urbanas, sistema de planejamento de gestão ambiental. O sistema integrado de planejamento de gestão urbana é constituído por: comitê integrado de gestão governamental e desenvolvimento urbano, composto por titulares das Secretarias, das políticas de desenvolvimento urbano e ambiental, presidido pela Secretaria de Urbanismo, tem como objetivo identificar, implantar e supervisionar atividade, projetos e programas que demandam a participação de mais de um órgão da administração municipal e o comitê técnico permanente de acompanhamento do Plano Diretor, composto por técnicos responsáveis das políticas de desenvolvimento urbano e ambiental, e tem como objetivo assessorar tecnicamente o comitê integrado de gestão governamental de desenvolvimento urbano.

A Comissão de Acompanhamento foi instituída pelo Decreto 30.760/09 e tem como órgãos integrantes as Secretarias de Urbanismo, de Meio Ambiente, de Transporte, a CET-Rio, Secretarias de Obras, Rio Águas, Habitação, Procuraria, IPP e Secretaria de Cultura.

A Comissão de Acompanhamento tem como objetivo analisar e compatibilizar as emendas sugeridas pelos órgãos municipais envolvidos, elaborar novas emendas, considerando as recomendações externas e produzir material gráfico e textos que facilitem o entendimento das propostas do Plano Diretor. As principais recomendações recebidas foram: ampliar a vinculação entre o uso do solo, circulação viária e meio ambiente, aprimorar as políticas de meio ambiente e saneamento ambiental, aprimorar sistemas de planejamento e monitoramento, regulamentar melhor alguns instrumentos do Estatuto da Cidade, produzir material gráfico para apresentação das propostas e suas justificativas.

Temos informações disponíveis na *Web* pelo *site* o IPP, que é o armazém de dados, IBGE, na Secretaria de Urbanismo o relatório da revisão do Plano Diretor, licenças concedidas, estatísticas e relatórios; e na Secretaria de Transportes o Plano Municipal de Transportes.

Nossa apresentação fica resumida, mas abrangente, e vou passar a palavra à Presidente da Mesa, e me colocando à disposição para as respostas. Peço o apoio dos coordenadores, Subsecretários da Secretaria de Urbanismo.

Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada Secretário.

Registro aqui a presença do Vereador Chiquinho Brazão, que também é membro da Comissão do Plano Diretor e gostaria nesse momento de perguntar se ele quer usar a palavra ou preferir ouvir a Mesa para depois se manifestar.

Eu gostaria de passar a palavra agora para a Dra. Dayse Góis do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB – para fazer seus comentários.

A SRA. DAYSE GÓIS – Nós, no IAB, sempre defendemos o planejamento advocacional, quer dizer, é o planejamento urbano em defesa das populações e dos segmentos das populações que não têm os instrumentos nem o conhecimento para se fazer valer em momentos como esse. Acho que advocacia e arquitetura se unem neste momento que fazemos um planejamento advocacional. Como a plateia é outra, como o Plenário está povoado de outras entidades diferentes das entidades que estavam aqui presentes na Audiência da Habitação, eu vou permitir-me repetir alguns dados e algumas informações. Primeiro, eu gostaria de fazer os cumprimentos à Vereadora presente, ao Vereador, ao Secretário Sérgio Dias, e na presença deles cumprimentar todos os políticos, lideranças comunitárias e gestores de órgãos públicos.

Temos trabalho com três dados importantes em relação à Cidade que vem juntar-se a esse fato novo e que tem repercussão exatamente no Plano Diretor e no capítulo que hoje estamos debatendo. Um é um grande Debate que tivemos oportunidade de

acompanhar, uma trajetória a respeito da qual o IAB tem ajudado a fazer uma reflexão, que é a questão do *déficit* habitacional, e que tem a ver muito com os grandes desafios de nossa Cidade. Em um seminário que fizemos no início dessa atual gestão, juntando vários representantes de vários setores da academia, compatibilizando as várias metodologias do *déficit* habitacional, fizemos um quadro que na década de 90, antes dos grandes programas de urbanização integrada, tanto no Estado, quanto na Prefeitura havia um quadro de inadequação da habitação, sendo 10% do total do universo dos domicílios teria a condição de *déficit* e 40% na condição de inadequação, ou seja, carente de pelo menos um dos quatro serviços básicos. Isso ao longo da década de 90, quando não tivemos muito financiamento para produção, mas tivemos alguns programas de grande porte para a área de infraestrutura. Conseguimos reduzir no cômputo geral do Estado e com grande participação do Município do Rio de Janeiro a questão do acesso a infraestrutura, baixando de 40 a inadequação da questão de 25%, mais ou menos, e o *déficit* de 10 para 6%. Ainda assim significa que de um montante de universo de domicílios, que hoje vai estar batendo no censo em 6 milhões. Temos ainda 40% desse estoque de domicílios carentes de alguns serviços de infraestrutura. Dentro desse perfil, desse montante todo, a questão dos assentados informais, ou das favelas, ou das comunidades, como se foi tratando ao longo dos anos essa situação. E isso é um segmento dentro desse estoque carente de infraestrutura que é o segmento das favelas. Ao longo desse mesmo período, enquanto a Prefeitura estava se preparando para fazer o grande programa de Favela-Bairro que pretendia trazer a favela para o bairro e criar uma certa homogeneidade entre o tecido urbano e o tecido da comunidade, que no IAB participamos muito ativamente, com ideias, com propostas. No entanto, isso apesar de ter muitos recursos públicos envolvidos, ele tem uma questão de *timing* que não conseguiu ser resolvido, quer dizer, existe uma equação que é muito difícil de ser resolvida. Ao longo de duas gestões temos mais ou menos 150 favelas, corrija-me o Secretário se eu estiver errada, que foram abrangidas pelo programa e, no entanto, no início do programa, tínhamos mais ou menos 150 aglomerados, subnormais ou favelas, e segundo os dados do IPP muito recentes, no mesmo período que se consegue atender 150 favelas, colocando-se minimamente infraestrutura nesses aglomerados, também cresceram novas 250 favelas.

Ou seja, estamos, embora enfrentando um grande problema com uma estruturação do Poder Público com resultados que rebateram no *déficit* habitacional em termos estatísticos. Portanto, foi um programa de grande intervenção, de grande envergadura, ainda assim, além de todos os problemas internos e das críticas que hoje se faz ao próprio desenho do programa, temos um macro número que não conseguimos alcançar, 150 não conseguiu deter o crescimento de outras 250, ou seja nossa Cidade, nosso tecido urbano não é inclusivo. Nossa Legislação não permite que pessoas de baixa renda possam ter acesso à Cidade formal, legalizada, digamos assim como se chama popularmente o asfalto. Com isso, temos nosso desafio, enquanto temos ao mesmo tempo que ter programas de urbanização, também temos que tirar a blindagem dessa Cidade para que possa ser de fato urbanisticamente inclusive. Outro dado que se soma a isso é a recente tese que o Carlos Fernando, do Iphan, defendeu no Doutorado, e que mostra que desde a década de 70 que a Cidade, o Município do Rio de Janeiro vem perdendo importância relativa em relação a os outros polos de desenvolvimento da Região Sudeste, vem perdendo áreas de influência, e vem perdendo economicamente, porque ele perdeu a capital e nunca teve uma atividade econômica, pujante que ocupasse a perda de economia que fez a perda de capital. Portanto, ele mapeou e quantificou através de indicadores que todos os bairros da AP-1, AP-2, e AP-3, ou seja, Zona Sul, Zona Centro, e Zona do Subúrbio cederam população a Área da Barra da Tijuca e Área de Santa Cruz, Área da Zona Oeste. A população empobreceu e o Rio de Janeiro se mudou para a Barra da Tijuca. E as favelas continuaram a crescer, e que é a única coisa que cresce acima de todos os indicadores da Cidade do Rio de Janeiro. Isso coloca um quadro. Onde é que estamos trabalhando? O Plano Diretor tem que vir a dar orientações e diretrizes para esse problema que temos, o macro problema.

Agora vou falar muito rapidamente dessa grande conquista, desse grande marco e agora com grande responsabilidade que temos que fazer que o projeto olímpico ou o projeto de legado tenha uma aderência maior ainda com o Plano Diretor, e fazer um elogio à Secretaria de Urbanismo e posso fazer aqui na frente do Secretário porque não era nem ele que estava à frente da gestão, mas a Secretaria de Urbanismo, para quem não sabe, ela foi responsável pelo caderno de legado das olimpíadas. E havia no início uma pressão muito grande para que a Olimpíada para que fosse viável, segundo os critérios técnicos do COI, e esse processo acompanhei muito de perto, por força de meu trabalho, que ele se concentrasse na Barra da Tijuca porque era mais fácil dotar a Barra de toda infraestrutura, era mais fácil de chegar, complementar, ofertar todos os critérios lá definidos. No entanto, a Secretaria de Urbanismo, lógico que com outras forças que talvez eu esteja pecando aqui por não conhecer, por outros agentes, definiu que não, que as olimpíadas tinham que abranger toda a

Cidade, e definiu várias outras áreas de polos onde vão acontecer os jogos olímpicos. E com isso, ela, ao definir novos polos, trouxe o desafio do legado olímpico, que, no caso das olimpíadas, é obrigatório, diferentemente da Copa e do PAN, onde ele é um acréscimo, ela estendeu essa necessidade a toda a Cidade. Com isso, forçou o surgimento uma necessidade de investimento na área de transporte, segurança e meio ambiente. Essa é uma oportunidade, porque bilhões de recursos serão carreados desse projeto para essa questão. E apontamos que o projeto do legado olímpico está antenado exatamente com a revitalização de nossa área, a revitalização de nossa Cidade exatamente nos bairros que são dotados de infraestrutura e que por descaso ou por falta de investimento do Poder Público eles foram sendo relegados a um segundo plano e foram sendo absolvidos pelo processo da informalidade. A pausa está dada e o desafio é fazer o Plano Diretor com uma adesão com isso, que é justamente combinar tanto a política habitacional, quanto os instrumentos do Estatuto da Cidade com a geração de investimentos, de recursos e de direcionamento do mercado imobiliários para as áreas que já tem infraestrutura e que precisam ser revisitadas, que são a AP-1, AP-2, AP-3; considerando também a Zona Oeste que tem muitos problemas ambientais onde não deveria ser incentivada a ocupação ambiental daquela área.

Entrando mais nesse capítulo que temos hoje aqui, temos exatamente a questão de que são os instrumentos do estatuto das cidades, de captação de mais valia. Porque o Rio de Janeiro em termos de mercado imobiliário, talvez comparado a outros lugares do Brasil, seja o mercado imobiliário de maior rentabilidade. Você constrói na Zona Sul e você tem um aumento percentual imediato do valor daquela construção. Por quê? Porque o mercado imobiliário somente pode construir em determinadas áreas, é uma espécie de monopólio daquelas áreas da cidade que são cercadas de segurança e de uma série de coisas. Estar ali é o meio de estar seguro do resto da cidade, você tem uma mais-valia muito grande. O ideal será que possamos distribuir toda infraestrutura e tornar o mercado imobiliário mais equânime, que possa surgir movimentos em várias áreas da cidade ao mesmo tempo, e como não dispomos de tantos recursos públicos, o maior desafio exatamente desse capítulo dos instrumentos. São eles que vão alavancar recursos no casamento de várias operações para financiar a própria cidade.

Vou encerrar aqui, e tenho três preocupações: a primeira é com o excessivo índice de aproveitamento dado a determinadas áreas. Como disse bem a tese do Carlos Fernando, no momento que nós não temos uma população que cresce muito, temos ao contrário, uma taxa de crescimento populacional decrescente. Lógico que a população, em termos absolutos, cresce, mas a taxa de crescimento populacional é decrescente. Temos uma cidade que com termos populacionais comparados a outros centros; es-

tamos minguando. Se aumentarmos muito até numa área, estaremos necessariamente roubando potencial construtivo de outra área. Temos que estudar muito bem a questão dos IATs para que não estejamos, ao priorizar uma área, criando um problema, por uma questão de contexto em outra área. Depois esses instrumentos todos que os senhores certamente vão falar aqui, vão flexibilizar a legislação.

Temos um ponto favorável, mas um grande risco também. Eu sugeriria que algumas cautelas fossem tomadas, por exemplo, todas as operações urbanas consorciadas deveriam ser submetidas a esse procedimento de Audiências Públicas, mas esses procedimentos têm que ser usados de forma a poder captar da sociedade contribuições efetivas, e nesse sentido tem que se ter um tempo especial para que a sociedade possa absorver conceitos altamente técnicos e possa se preparar para poder dizer. Deveria haver uma obrigação, algum artigo, por exemplo, numa operação urbana consorciada de haver Audiências Públicas com uma data limite mínima de talvez 30 dias entre a apresentação do relatório técnico, que dispõe aqui neste capítulo do tal do relatório completo técnico sobre os pontos positivos e contrários e a Audiência porque se precisa de pelo menos um mês para poder entender todos os dados, os levantamentos para que se possa de fato fazer uma Audiência efetiva. Fico por aqui e acho que todo mundo tem muita coisa a colaborar. A minha preocupação em relação ao controle social que será necessário a partir de uma gama de instrumentos importantes, porém que podem flexibilizar e a questão da preocupação do direcionamento da cidade com adoção de alguns IATs.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada.

Quero registrar aqui a presença de muitas entidades; o Sr. Tomás Mariani, Presidente da Associação de Amigos do Jardim Botânico; Abaeté de Paula, Associação da Santa Tereza; Maria Julieta, do Ippur; Professor Sandro Peneira, professor de Cultura da Fundação Oswaldo Cruz; Patrícia Munis, do PTB do Rio de Janeiro; Fernando Malheiro, do Grande Oriente; Wallace Coelho, da UFRJ; Amanda Dias, da PUC; Fabiana Siqueira e Vitor Damasceno, da UFRJ; Simone Cabral, do Viva Rio; Gisela Santana e Lurdes Rosa, Núcleo de Infraestrutura Verde; Leonardo Teles, Faculdade Nacional de Direito; Marcelo Pontes e Tais Queirós, Ecomarapendi; Roberto Lira, Sinduscon-Rio; David Cardeman, Adene; Dona Odete Clarim, Rio Ônibus; Selma, Igarã Om Consultoria; Bruno Pereira, Quadrilátero do Charme; Regina Chiaradia, Associação dos Moradores de Botafogo que é também do Compur; Joaquim Bocaiúva, Alto Gávea; Jorge Barros, Instituto Verde da Zona Oeste; Paula Silva e Denis Aragão, Ippur; Ricardo Pontual, Arquiteto; Hélio Barros, Conselho de

Moradores e Loteamentos; Sérgio Bahia, da UFF; UFRJ é Ana Botafogo; Fátima Serra, massoterapeuta; Diego Cardoso, da UFF; Movimento Nacional de Luta pela Moradia, de Vila Autódromo, da Associação de Moradores; e o Vereador Paulo Pinheiro, que está aqui presente também, muito nos honra sua presença.

Eu gostaria de saber se temos já a lista dos inscritos. Quer usar da palavra?

Temos aqui uma série de questões, mas quero passar imediatamente a palavra a nossos representantes.

Eu gostaria de dar a palavra à Regina Chiaradia, da Associação de Moradores de Botafogo.

A SRA. REGINA CHIARADIA – Bom dia aos presentes, cumprimento a Mesa, Secretários, assessores, Plenário, amigos das associações e das entidades.

Eu me inscrevi, mas eu tenho uma grande dúvida, Vereadora Aspásia Camargo. A gente tem um substitutivo aqui na Casa, desde 2004. A gente tem as emendas enviadas pelo Executivo que é um outro substitutivo. Sobre qual desses vamos debruçar-nos para discutir? Porque as emendas enviadas se sobrepõem ao substitutivo que está aqui, e não estão disponibilizadas. Estão disponibilizadas no *site*, mas não é coisa fácil para as pessoas baixarem, tudo isso, e terem acesso. Então, vamos discutir hoje sobre esse substitutivo que será sobreposto por essas emendas, o que vamos fazer?

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Teremos um momento para essa discussão. Estamos discutindo sobre as emendas que o Executivo enviou há precisamente um mês, e que são emendas ao Substitutivo nº 3, que estava aqui na Casa, por solicitação da Câmara, uma vez que o governo mudou, temos uma nova Prefeitura, e não era cabível vetar um Plano Diretor que tinha sido feito pelo governo anterior, dada, inclusive, a quantidade de propostas novas e até estratégicas que a nova Prefeitura estava apresentando à sociedade.

Achamos importante que houvesse essas emendas e, de fato, foi o que a Secretaria de Urbanismo coordenou, dentro do Governo Eduardo Paes. Devemos dizer, inclusive, que, pela primeira vez, houve uma participação muito maior das Secretarias. A Secretaria de Habitação participou intensamente, e outras, também, de Transportes etc. Pela primeira vez, tivemos uma interlocução com o governo e recebemos essas emendas. Portanto, são as emendas que estão devidamente registradas no Diário Oficial, para as quais convocamos a população para as discussões e estamos tratando, precisamente, há mais de 20 dias. Estamos percorrendo todas as áreas com as últimas missões.

Cabe à sociedade e a suas lideranças discutirem sobre seu conteúdo.

A SRA. REGINA CHIARADIA – Quero fazer uma breve apreciação. Como essas emendas são recentes, a população pouco tomou conhecimento. A reunião de hoje, apresentando essas emendas na área de urbanismo é louvável, mas não acredito que seja o único instrumento que possa ser dado como fechado o processo.

Eu solicitaria que, em nome das associações, fossem desmembradas essas audiências por AP, por bairros, para que possamos tomar conhecimento mais profundo e poder trabalhar em cima do que houve e analisar o substitutivo que está sendo apresentado. Nós, há menos de um mês, não tínhamos conhecimento.

É só isso.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Esperamos, inclusive, que o Compur, como um órgão importantíssimo, o Conselho Urbano da Cidade, possa e deva se manifestar em relação às propostas urbanísticas que o plano está fazendo.

Acredito que essa manifestação possa ser coletiva do Compur, que seria importante para nossas apreciações.

Quero chamar a Maria de Lurdes, Movimento Nacional de Luta pela Moradia.

A SRA. MARIA DE LURDES – Bom dia.

Nosso movimento quer louvar a iniciativa da Vereadora Aspásia Camargo por abrir este espaço para discussão, embora sabendo que isso não cumpre o Estatuto da Cidade.

O que está sendo discutido, ou pelo menos informado nesta Audiência, é um projeto que deveria ter vindo discutido do Executivo, porque o Estatuto da Cidade exige que essa discussão seja feita em todas as fases, a elaboração, inclusive no processo permanente de planejamento, que é o Plano Diretor, que não é uma lei estática que se faz e pronto, como foi o comitê técnico o comitê de gestão da administração pública. A população não pode ser vítima de uma legislação de uso, ocupação e destinação do solo, porque ela é protagonista, agente permanente dessas relações. Portanto, ela não pode ser vítima disso.

Infelizmente, esse processo de discussão, como falou a companheira da Associação de Botafogo, desde o projeto anterior, que também não se ateu ao Estatuto da Cidade, à necessidade de participação e discussão da comunidade na elaboração do Plano Diretor. Algumas associações e alguns técnicos tiveram acesso, mas a comunidade não teve.

Não vai aqui cobrança alguma específica à Comissão Especial do Plano Diretor, que está tentando fazer alguma coisa para que pelo menos tomemos conhecimento. O que estamos colocando é que podemos fazer mais. E temos certeza de que podemos contar

com esta comissão nesse esforço de fazer mais por essa discussão. Até porque outra coisa esquisita aconteceu neste ano. Ao mesmo tempo que o Poder Executivo mandou uma proposta que não foi discutida, ele também mandou projetos que incidiam dramaticamente sobre o uso e ocupação do solo, sobre tributos, sobre diversas questões que iriam modificar o conteúdo do próprio Plano Diretor, como se o Plano Diretor já tivesse sido aprovado. Duas propostas de lei vindas do mesmo poder, uma num processo mais demorado de votação; outro que já ia coisa de passar o trator em cima, como a própria história do IPTU, a história dos planos habitacionais, de revitalização, de modificação de padrão construtivo que vão acontecendo. Ao mesmo tempo que isso acontece no Plano Diretor como se o Plano Diretor fosse um amontoado de papel de gaveta, que não diz respeito à comunidade e aos próprios técnicos que estão trabalhando para isso.

Queremos fazer essa reivindicação, Vereadora Aspásia Camargo, que consigamos trabalhar um pouco mais nessa discussão e que consigamos, no Plano Diretor, discutir um pouco mais a gestão e o conceito social desse Plano Diretor *a posteriori*, depois que ele estiver aprovado.

O Conselho da Cidade não existe, porque não fizemos conferência da cidade, essa última conferência, parece que vamos fazer. Não fizemos a conferência da cidade e do estado, penso que não vamos fazer. E a última Conferência da Cidade, que é sério o que dela foi tirado no passado.

Então, temos uma série de problemas na construção do sistema de gestão das cidades, que pactuamos nacionalmente; temos uma série de problemas no sistema de gestão do sistema municipal de habitação, que foi pactuado nacionalmente. E o Estado do Rio de Janeiro, o Município do Rio de Janeiro está passando à revelia disso.

Não creio que essa seja a intenção de vários dos senhores que hoje ocupam os quadros do poder, como não é a intenção, com certeza, da população que constrói uma cidade democrática.

Não conheço o conteúdo dessa emenda, mas o primeiro artigo me diz um pouco a que veio, quando diz que o uso e a ocupação do solo de nosso município está condicionado ao controle das densidades demográficas. Acho que começar o esforço de cidade democrática, da cidade justa, falando em controle das densidades ao povo que sofre no dia a dia com a ausência de habitação, com ausência de trabalho, com a ausência de transporte de qualidade, com a ausência de saúde, então, é para a gente apontar o primeiro artigo e ver a necessidade de se estabelecer um processo mais continuado de discussão, que não seja a toque de caixa, porque a Câmara não pode ficar refém do Poder Executivo. São harmônicos, porém, independentes.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada, Maria de Lurdes.

Gisela Fontana, do NinVerde – Núcleo de Infraestrutura Verde.

Vamos pedir três minutos, para dar tempo de todos falarem.

A SRA. GISELA FONTANA – Bom dia a todos.

Somos um núcleo interdisciplinar constituído por arquitetos, urbanistas, paisagistas, empresários, e, diante desta oportunidade de ajudar a planejar nossa cidade, a participar e pôr em prática a nossa cidadania, resolvemos fazer uma proposta, até baseados em outras audiências que assistimos, de um Rio mais sustentável. Dividimos em algumas áreas e fizemos propostas concretas para cada uma dessas áreas. Não vou estender-me lendo cada uma delas, mas basicamente, não conseguimos ler todas as emendas, até porque são mais de 100 páginas de emendas substitutivas, mas observamos que houve avanços em relação a outras gestões e o esforço de pensar no meio ambiente integrado, isso nós identificamos.

Achamos que o grande desafio e a grande diferença vai ser tornar essas leis realidade. Esse é o grande desafio, porque as leis existem, mas daí a serem cumpridas, esse é o grande desafio. E aí, o painel da fiscalização, o papel da consciência da população que está cobrando.

Algumas de nossas propostas estão contempladas nas emendas, como a do Corredor Verde...

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Você poderia se identificar?

A SRA. LURDES LINO ROSA – Desse mesmo grupo NinVerde. Dessas propostas, estão educação e participação, ou seja, colocar, junto com as leis, ações educativas de disseminação de uma série de conceitos que estão contemplados, como melhorar a coleta seletiva, participação popular das escolas públicas agindo também nesse tipo de ação, e uma série de propostas e de incentivos para espaços alternativos, como a própria bicicleta, na abertura de novas vias, que seja priorizado o uso de ciclovias nas novas que serão abertas e mesmo na implantação de novas ciclovias, calçadas adequadas, acessíveis, etc. Sobretudo, promover a manutenção das áreas permeáveis da cidade, das áreas da floresta atlântica, mangues, restingas, aos níveis atuais, pelo menos aos níveis atuais. Não deixar que a cidade continue nesse processo de infraestrutura cinza, digamos assim.

Vamos entregar a proposta à Mesa.

Eu gostaria de complementar com duas propostas que não colocamos, mas que me surgiram ao longo do debate e que têm a

ver com o depoimento da Dayse Góis, nossa presidente arquiteta, que é a questão de rever certas áreas incentivadas.

Falo como moradora da Freguesia de Jacarepaguá e como estudiosa que sou, fiz doutorado sobre a área e vejo o impacto do PAM da Taquara sobre a área. Depois de 2004, foram mais de 100 empreendimentos somente na Freguesia. E a Freguesia não tem área de expansão, infraestrutura, não tem as vias que a Barra tem, por exemplo. Nós, moradores, estamos sofrendo enormemente, sobretudo com relação ao trânsito, porque hoje o bairro não suporta mais. Fiquei sabendo que, recentemente, foi aprovado um novo empreendimento com 800 unidades num único local. Para vocês terem uma idéia, uma única rua teve mais de 20 empreendimentos aprovados apenas naquela rua, e um dos empreendimentos aprovados tem 348 unidades. Então, os senhores imaginem o impacto num único local, porque eles elegeram aquele como área nobre.

Hoje, pelo que entendi, a Freguesia ainda está como área incentivada. Acho que algumas áreas precisam ser revistas.

E para fechar, uma das propostas aqui é justamente para compatibilizar a aprovação de novos empreendimentos imobiliários com o sistema de transporte comunitário: menos vagas para automóveis particulares. Em contrapartida dos novos empreendimentos, em despesas de melhorias de transporte público local, visando reverter a dependência de automóveis para locomoção na cidade. Daqui a pouco, não teremos mais espaço para os pedestres.

Obrigada.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada. Estamos lutando por um Rio sustentável. O Plano Diretor se preocupou muito com isso. Como vocês disseram, resta saber como podemos fazer o plano se tornar realidade.

Luís Cláudio Barros, comerciante, ambulante de praia.

O SR. LUÍS CLÁUDIO BARROS – Bom dia a todos, bom dia à Mesa, Exma. Sra. Vereadora, Secretário, algumas pessoas aqui que já me conheciam.

Meu nome é Luís Cláudio, sou conhecido na Praia de Ipanema como Claudinho do Sacolé.

Não vim falar de Claudinho pequeno empresário ou do futuro grande empresário. Vim falar dos ambulantes. Há 19 anos, implantei na área da Zona Sul, uma área nobre, um produto levado da Zona Oeste, da Baixada e da Zona Norte, o sacolé. E, pelo meu trabalho, desses 19 anos de experiência, eu consegui absorver e capturar várias pessoas que passaram a gostar do meu produto, da qualidade, do andamento e do atendimento. É isso que quero refletir nos ambulantes.

Hoje, os ambulantes das praias do Rio de Janeiro, na outra gestão, no ano passado, a Rede Globo elegeu quem tem a cara do Rio de Janeiro. E nós, ambulantes, fomos escolhidos como o segundo lugar; o primeiro foi a menina do Rio de Janeiro. Izabel, jogadora de vôlei, votou no ambulante.

Em minha experiência de 19 anos, o que quero passar ao Secretário, a toda a Mesa, que os ambulantes, não todos, queremos fazer um belíssimo trabalho na praia, junto com a Prefeitura, de urbanizar, organizar os ambulantes, em termos de aparência, em termos de qualidade, em termos até mesmo de quantidade de ambulantes que circulam na areia, às vezes, de uma aparência que, agora vamos ter os Jogos Olímpicos, independente dos Jogos Olímpicos, as pessoas que freqüentam a praia, tanto da área da Zona Sul, pessoal da Baixada, Zona Norte, Zona Oeste que-rem, realmente, uma praia linda e bonita. O que acontece?

Em nome de minha equipe, porque estou aqui não como empresário, porque vou sair daqui, vou mudar minha roupa e vou ralar na areia... Já tem um rapaz lá me esperando para trabalhar.

Na outra gestão aconteceu o seguinte: os ambulantes que que-rem fazer um bom trabalho na praia, houve um problema de co-lete. Nós somos a favor de que todos os ambulantes sejam cadas-trados, que haja uma diminuição dos ambulantes da areia para que não haja uma poluição, sem haver discriminação. A coisa mais bonita é chegar com seu crachá da Prefeitura e sua roupa, que nos foram dados no ano passado. De 100 ou 200 ambulan-tes, um deles usou um colete cinza e esse colete ficou imundo. O Rio de Janeiro é colorido, é brilho, até as próprias barraqueiras, em nome da Associação dos Barraqueiros à qual não pertenco aceitam somente barracas brancas. O barraqueiro, levava a bar-raca para sua residência e aquela barraca branca ficava negra. O que proponho a esta gestão é que as barracas sejam coloridas, com símbolos do Rio de Janeiro, com o Cristo, por exemplo.

As Olimpíadas estão vindo aí e a barraca branca fica feia. Em nome dos ambulantes que são sacoleiros quero falar o seguinte: na fiscalização e no cadastramento houve uma grande injustiça porque vários fiscais foram às areias, distribuíram papéis para todos os vendedores se legalizarem e aqueles vendedores não e-ram vendedores da areia, eram daqueles que aparecem no final do ano. O maior conhecedor da areia é o próprio ambulante que quer desenvolver um belo trabalho, de higiene, de limpeza e de atendimento de qualidade. Ele conhece o ambulante que anda na areia. Preciso do apoio para que os outros ambulantes possam conversar com a Secretaria de Fiscalização e organizar tudo por-que está havendo discriminação em termos de quem vai ser lega-lizado.

Há ainda o problema do colete. Há os ambulantes que traba-llham há 10, 20 anos nas areias e estão sendo discriminados por-que na hora de preencher a ficha ele não diz há quanto tempo trabalha na praia, qual o tipo de mercadoria que ele vende, por

exemplo, sorvete, biscoito Globo etc. Ele não diz: “Sou vendedor de sorvete”, aí chega uma outra pessoa na praia e ocupa o lugar daquele que tem 10, 20 anos de trabalho. O que proponho é o seguinte: que possa haver dentro desse secretariado uma escolha para aqueles que realmente trabalham na areia, que possam organizar a praia para nosso Rio de Janeiro ficar com um colorido lindo.

Eu agradeço e conto com isso.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada por sua participação.

Acreditamos que o Plano Diretor possa incluir objetivos, diretrizes referentes à ordem urbana. À ordem pública. O que você está dizendo tem a ver com isso.

Maria Célia Abreu na ONG Catiba.

Antes disso, vou pedir ao Vereador Paulo Pinheiro para fazer uso da palavra. Registro também a presença do Vereador Marcelo Piuí. O Vereador Renato Moura, membro da Comissão do Plano Diretor também está presente, aqui, ao meu lado.

O SR. VEREADOR PAULO PINHEIRO – Bom dia a todos.

Eu estava assistindo, não pretendia participar, mas me senti na obrigação de falar aqui, neste momento. Está havendo confusão na cabeça de muitas pessoas, a respeito do que está se tratando aqui hoje, do que é uma Audiência Pública e do que é um Plano Diretor. Todos têm o direito de vir e utilizar a Audiência Pública para falar o que acha que é importante, porém, determinados assuntos não serão solucionados aqui e iremos perder muito tempo. Precisamos organizar-nos e deixar bem claro sobre o que pretendemos. A ansiedade sempre gera as reuniões de controle social, de todas as áreas. Tivemos agora, uma conferência municipal de saúde com mais de mil pessoas, onde a ansiedade das pessoas de falar era enorme, de cobrar o que está acontecendo. No presente caso, em primeiro lugar, cada um dos senhores que aqui estão, representa um setor da sociedade. Nós, Vereadores, e lamento, também, nesse momento, a ausência de mais colegas aqui presentes, nossa função aqui, como Vereadores, não é falar, é ouvir tudo o que os senhores têm a dizer e tentar, na hora em que o Projeto do Plano Diretor entrar em votação, quem vota, lamentavelmente, não são os senhores, quem vota são os Vereadores, que representam os senhores.

O primeiro ponto importante, acredito que aqui ninguém anulou o voto, todos devem ter votado, então procurem seu Vereador para cobrar seus pedidos, suas colocações, que o seu Vereador os escute. Esta Casa atravessa um momento importantíssimo, além do Plano Diretor, que tem sido discutido em várias Audiências Públicas nas últimas semanas, também estamos discutindo em Audiências Públicas, o Plano Plurianual, que tem a ver diretamente com tudo isso: o que o governo já prepara de recursos

para gastar em suas obras. Precisamos entender isso um pouco melhor. Determinados assuntos aqui, cabem muito bem na discussão do Plano Diretor quando vierem os membros da Secretaria de Ordem Urbana. A questão do Programa Minha Casa Minha Vida, a Secretaria de Urbanismo tem que discutir aqui no Plano Diretor, apesar de ter sua vida própria, mas também tem que discutir no Plano Plurianual, porque senão vamos fazer uma enorme confusão e, no final, os senhores acabam saindo daqui com uma grande decepção, porque vieram aqui, perderam tempo discutindo, e, na hora de votar, os Vereadores nem ouviram o que os senhores disseram. É importante nos organizarmos melhor em relação a isso, existe um número enorme de emendas do Executivo, existem emendas também dos parlamentares, muitas emendas que vocês têm que tomar conhecimento. Será que vocês sabem que o Vereador no qual vocês votaram apresentou a emenda “x”? Provavelmente não sabem. É preciso que vocês acompanhem isso.

A questão da democracia, do controle social por exemplo, para que não transformemos isso aqui, apenas em uma reunião formal para aprovar um plano. Não quero aprovar um plano e participar de uma reunião formal para cumprir tabela. É igual a jogo que não vale nada. É importante que possamos mudar um pouco com a colaboração dos senhores e também com nossa colaboração, dos Vereadores. Existem coisas que vocês querem que aconteça dentro do Plano Diretor. Nem sempre o interesse do cidadão vai poder ser cumprido; na maioria das vezes, vai. Esta é a importância da participação da sociedade aqui nesta Casa, que é paga por vocês e onde as pessoas que aqui estão foram eleitas por vocês.

É por isso que muitas vezes há uma decepção, porque as pessoas vêm aqui, defende uma ideia, acha que o Vereador vai apoiar seu pensamento e na hora de votar, seu Vereador no contrário do que vocês desejavam. É preciso que reorganizemos essa conversa e que saibamos qual é a razão da realização dessa Audiência Pública hoje, o que é preciso informar mais aos senhores e o que os senhores podem trazer de informações para nós, Vereadores. Não faço parte do plano, mas tenho vindo aqui, todas as manhãs para assistir às Audiências Públicas do Plano Diretor e às vezes coincide de poder assistir às Audiências do Plano Plurianual, e vejo com muita preocupação, porque, estamos em um momento do Brasil, onde as pessoas se tornam populares, dizem aqui, no microfone, o que as outras pessoas querem ouvir, e na hora de executar, votam em outra coisa. Isso somente pode ser feito por vocês, do controle social.

Muito obrigado e boa tarde a todos.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada Vereador Paulo Pinheiro.

Faço minhas suas palavras.

De fato, as Audiências Públicas que estamos desenvolvendo aqui há mais de 20 dias, há praticamente um mês são audiências extremamente ricas de experiências, de sugestões, mas, não resta dúvida de que o trabalho parlamentar que leva à votação de um Plano Diretor é um trabalho que exige lideranças cada vez mais organizadas. Não podemos omitir esse fato. Quanto mais a cidade estiver organizada em lideranças, por interesses legítimos que a sociedade defende, mais as discussões enriquecem e mais o parlamentar se sente, também, devidamente esclarecido, sobre as decisões que ele terá que tomar. É fato que o parlamentar não tem, já prontas, as decisões que ele terá que tomar e o voto que ele vai exercer no momento final. Ele ouve, aprende e vai procurar as soluções para os problemas que vão sendo apresentados. É muito importante, realmente, desenvolver a participação. Acredito que os processos antigos, simplesmente de adesão espontânea e ocasional para discutir um problema determinado não funcionam quanto mais complexo é o assunto.

Passo a palavra à Maria Célia Abreu, na ONG Catiba.

A SRA. MARIA CÉLIA ABREU – Muito obrigada.

Sou carioca, de Bangu, vou voltar para lá, que não é tão longe assim. Quero bastante atenção do Secretário de Urbanismo, do representante do IAB, uma representante de comunidade. Um ponto importante sobre a questão da ordenança ambiental, reorganização urbanística e fundiária, isso é muito importante, urbanismo, reorganização fundiária e a questão ambiental são três forças que se juntam. O IAB, é uma peça interessante demais na discussão da excessiva ocupação de determinadas áreas. A representante de comunidade falou das moradias e cidades democráticas.

Quero lembrar que o Rio de Janeiro já foi Capital do Brasil, é uma cidade de altíssima importância na América Latina e até no mundo, agora com a questão das Olimpíadas, temos que lembrar o seguinte: cidade democrática tem que incluir também as pequenas e médias cidades para não esvaziá-las e inchar as grandes cidades, tipo monstregos como o Rio de Janeiro e São Paulo.

Fiz um apanhado aqui, e quero dizer que o projeto das Olimpíadas, que é a febre do momento, tem em mente o perigo do inchaço da cidade que seja uma parceria nacional de melhoria de todas as pequenas e médias cidades e que não se quebre o eixo cultural de cada uma dessas representações, que não se incentive a competição extremada para o trabalho nas grandes cidades e a violência nas grandes cidades.

O item 2 que coloquei foi referente às questões das vias férreas de grandes transportes de massa, tipo Central do Brasil – Santa Cruz, seja incluída nesse projeto olímpico. Em dias de greve de ônibus ou de grandes chuvas, o trem é a grande força, assim como o metrô e o metrô de superfície, que tanto serve ao subúrbio como à Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Os projetos de construções ecologicamente corretas, lembro a todos aqui das ecovilas. São soluções nas quais o Brasil não pensa, infelizmente. Mato Grosso e Goiás estão pensando intensamente nisso, nas ecovilas. Quem sabe de urbanismo sabe o que é isso e seria bom nos interessarmos por isso. Que se plantem mais árvores, que seja feito um reflorestamento muito bem ordenado.

Aproveitando aqui, a presença da Rio Ônibus, quero lembrar onde ficam as garagens dos ônibus, que são altamente poluentes, pintura dos ônibus. Tem que haver uma barreira entre as garagens e as áreas naturais, uma espécie de cerca viva. Jacarepaguá, Ilha do Governador e Zona Oeste do Rio de Janeiro estão cheias desse problema. O ônibus não polui só na rua. As garagens dos ônibus são enormes problemas.

Outra questão: Santa Tereza: Vamos tentar cumprir a APA Gericinó-Mendanha, que a Serra do Mendanha é a única serra vulcânica do Rio de Janeiro. Acredito que haja outra em Maceió. É uma serra perigosa: vulcão pode voltar.

Que haja mais uma parceria efetiva entre o Inea e a Secretaria de Meio Ambiente do Município sobre a questão do Parque Estadual da Pedra Branca, o maior parque em área urbana do planeta Terra.

Eu rodo o Rio de Janeiro todinho e não perco as pernas por isso. Pego um ônibus em Sepetiba, Santa Cruz, rodo pela Barra, rodo, venho ao Centro, pego outro ônibus pela Avenida Brasil e chego em Bangu, à minha casa. Porque não se mexer na questão do transporte marítimo? É uma grande força que eu levaria até lá para aquela área de Guaratiba. Vamos tentar pensar nisso. A nossa linda Avenida Rio Branco... o nosso Prefeito, tão jovem, pensar na questão de torná-la um calçadão, que vai virar uma bagunça, uma esculhambação sem tamanho, não pensar em torná-la, aproveitando a IAB, aqui presente, no que ela era, um *boulevard*, dividindo aquela avenida maravilhosa em duas, transportes públicos de um lado, carros de outro. Ficaria uma linda Avenida Rio Branco novamente, que era a Avenida Central.

Obrigada.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada, Maria Célia, por sua preocupação com a Zona Oeste, com aquela área nobre, agrícola, da Zona Oeste.

Quero passar a palavra a Heitor Ferreira de Souza, que tem tido uma presença mais do que assídua a todas as nossas Audiências Públicas e gostaria de fazer alguns comentários sobre o plano.

O SR. HEITOR FERREIRA DE SOUZA – Eu me dirijo especialmente ao Sr. Secretário. Sou aposentado da SMU, originário

do Iplanrio, de forma que tenho uma relação profissional a ser considerada. A experiência que tenho no País – mais de cem Planos Diretores, inclusive metropolitanos – me dá uma certa liberdade para atuar, embora não tenha na Prefeitura, mesmo aposentado lá, tido nenhuma participação direta no processo urbano, urbanístico, já que minha origem era do Iplanrio e posteriormente fui para o Estado e terminei em Furnas, recentemente. As minhas observações seriam muito mais por questão de ordem, não tecnicamente, porque não me aprofundei, porque o aprofundamento exige um trabalho técnico. Quando iniciei, com a tentativa de colaborar, terminei...

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Solicito ao senhor ir direto ao ponto, porque o nosso tempo é muito curto.

O SR. HEITOR FERREIRA DE SOUZA – Já vou chegar lá. Eu encontrei, nas Audiências Públicas, o espaço onde eu poderia me manifestar. A primeira manifestação que eu fiz na promovida pelo CREA. Eu sou arquiteto, de forma que acho que, naquela oportunidade, a reunião foi improdutiva. A meu ver, não por culpa do CREA, não, mas pelo fato de que a própria Vereadora fez a abertura da reunião e a Cláudia da Prefeitura fez uma apresentação, mas, no fim do tempo, ninguém tinha lido o texto da lei, de forma que o uso desse processo, é muito discurso e pouca técnica.

Em geral, eu me atendo mais à parte técnica, e por isso é que estou apresentando esse documento que tem um sentido crítico construtivo. Eu sou do tempo da ética, ainda, e não queria divulgar o documento sem antes apresentar ao Secretário. Tentei falar com ele e não consegui, quem me atendeu foi a Márcia Queiroz, que é Secretária de Gabinete a qual entreguei esse documento. Lemos juntos e ela não fez nenhuma observação contrária. Então, entendi que eu estaria autorizado a divulgar o documento. A partir daí, eu tenho insistido, praticamente em todas as reuniões, no entendimento que eu acho que é importante estar aqui, nas definições no próprio texto, principalmente quanto à Lei Orgânica do Município, de cuja elaboração eu tive a oportunidade de participar, na condição de assessor do Vereador Tito Riff, quando eu deixei o Iplanrio.

Aqui diz claramente que se propõe uma política de desenvolvimento do município que abranja todas as áreas setoriais, econômicas, sociais, educação, saúde, etc., e que o Plano Diretor, a própria política urbana é um instrumento de projeção no espaço territorial – físico dessas ações, vamos dizer econômicas e sociais.

Ao se analisar a Lei Orgânica, vê-se que ela é a primeira a falar dos aspectos dos planos sociais, e depois fala do Plano Diretor como instrumento disso. O próprio Estatuto da Cidade fala

dos instrumentos e depois entra com a parte do Plano Diretor propriamente dito. A Constituição Federal diz claramente que a política de desenvolvimento urbano é conceito amplo. Quando chega o Estatuto da Cidade, ele esquece o conceito de desenvolvimento urbano e vai regulamentar a política urbana referente à Constituição. Então nós passamos do desenvolvimento urbano para o urbano, simplesmente, e sua respectiva política. Isso infelizmente é uma falha, porque a Constituição diz claramente que o desenvolvimento urbano é um conceito mais amplo. Urbanismo é rua, quadra, espaço físico, simplesmente isso, organizado para garantir a implantação das atividades econômicas sociais. Isso é uma proposta que estou fazendo, para ser, vamos dizer assim, corrigida essa colocação, inclusive fortalecendo o conceito de desenvolvimento do município.

A política está prevista nesse documento? Eu sugiro que ela seja trabalhada, eu acho que isso é uma proposta. O texto, tecnicamente, é um trabalho a ser feito, porque eu estou sem condições de fazer pessoalmente, então eu me fixei nos aspectos mais gerais.

Aqui está previsto elaborar o código ambiental. No entanto, depois eu vejo um pouco mais à frente que a parte ambiental está muito desenvolvida, quase que esgota o código. Esse desequilíbrio, a meu ver, aconteceu em todo o trabalho, resultado desse processo tumultuoso que nós podemos observar.

Vou dar um só exemplo: a Saúde na Lei Orgânica, que é o documento maior, tem oito artigos e 33 incisos; no documento da política, do Plano Diretor, tem dois artigos somente. Então, alguma coisa está errada, porque a lei deveria desenvolver aquilo que está na Lei Orgânica. Então, isso é uma questão quase de ordem. Eu não estou entrando no mérito técnico – evidentemente, eu poderia dizer alguma coisa, mas eu não estou fazendo isso –, só na questão de ordem.

Há também outra coisa de que o pessoal tem se queixado aqui, o caso das praias.

Então, desse conceito de desenvolvimento urbano, que é abrangente, relativamente ao espaço territorial, se derivaria fatalmente o problema da ordem pública, objeto do famoso código de posturas, de que nem se fala mais; teria que estar dentro desse sistema de controle do solo, em função do exercício e em função da necessidade da sociedade no espaço.

Então, eu acho que essa visão maior de desenvolvimento urbano, que está dito na Constituição, nós poderíamos trabalhar um pouco mais. É lógico que tempo não é o caso agora, mas eu não quero tomar mais o tempo. Inclusive eu coloquei ontem para a Vereadora Aspásia Camargo que nós estamos hoje na era olímpica e esse Plano Diretor, por exemplo, poderia ser o plano diretor da Olimpíada, para tratar as questões para garantir a implementação de todos os equipamentos que se vão usar no espaço urbano, ou criando disposições finais e transitórias, um capí-

tulo sobre a questão olímpica, como uma preocupação do Plano Diretor. São os fundamentos que eu considero mais importantes na proposta do que talvez seja o plano diretor olímpico.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Essa é a pergunta que não quer calar. Todos nós nos perguntamos, diante desse grande acontecimento que foi a inclusão do Brasil no processo das Olimpíadas de 2016, como é que o Plano Diretor vai trabalhar para que o atendimento das exigências possam ser feitas, e assimilado pela população, porque não pode ser um corpo estranho que caia de repente como se fosse uma obra do acaso. É preciso que a Cidade esteja psicologicamente preparada para não só assimilar aquilo que é responsabilidade oficial da Cidade perante o COI, como também para tirar proveito dos bairros que podem ser beneficiados pelo máximo de infraestrutura e repostas possíveis aos anseios da população.

Eu queria agora passar a palavra ao Vereador Chiquinho Brazão, que quer fazer alguns comentários.

O SR. VEREADOR CHIQUINHO BRAZÃO – Bom dia, Presidente! Meus cumprimentos ao Vereador Renato Moura. Cumprimento também os demais Vereadores desta Casa o nosso Secretário Sérgio Dias, a Subsecretária, bom dia a todos vocês!

Em todas as Audiências Públicas que nós tivemos nesta Casa, e fora desta Casa também, nós percebemos uma coisa natural, que é uma preocupação de todos. Aqui temos representantes de diversos segmentos da sociedade, sem dúvida nenhuma, mas nós temos que atentar para o seguinte: o Plano Diretor de 1992, eu poderia dizer que nós na verdade tivemos uma aplicação muito pequena desse Plano que é um excelente Plano, que nós poderíamos aproveitar muito mais, na verdade, na prática, esse Plano Diretor foi aplicado muito pouco e isso nós sabemos o porquê, toda sociedade sabe o porquê – que é necessário até perguntar ao nosso Secretário, gostaria de saber depois se há alguma medida, acredito que sim, nesse sentido – que é a falta da fiscalização, realmente.

É preciso termos um pulso forte para que isso aconteça da forma que realmente tem que acontecer na Cidade, para que, depois de criado o novo Plano Diretor, ele realmente seja aplicado. Eu não acredito nos 100%, mas ao menos uma boa parcela desse Plano. Porque, no papel, é muito fácil; que dizer, está sendo difícil colocarmos o sentimento de todos aqui no papel, é muito difícil você colocar o sentimento da Cidade no papel, você busca a entender mais ou menos o sentimento da população, através do conhecimento que nós temos sobre o que seria o Plano Diretor, o acompanhamento dos técnicos, que é muito importante, porque conhecem todo processo.

Politicamente, esta Casa vai votar, e os sentimentos dos Vereadores são diversos, porque cada um representa um ponto da Ci-

dade. Eu diria que são bem diferentes, apesar de não ser muito longo o Município do Rio; então é bem diferente o sentimento do Vereador que mora no Centro da Cidade e o sentimento do Vereador que mora ao final, lá em Santa Cruz. Então, temos que entrar em harmonia com o Executivo, fazer com que o Executivo esteja dentro do processo, porque senão acontece o que aconteceu no Plano passado. Essa política tem que ser levada realmente ao ponto, nós temos que conseguir transformar o sentimento da sociedade numa prática que seja aplicada, e isso é muito difícil realmente.

Há dois anos eu participei da Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor e fizemos diversas Audiências em pontos diferentes da Cidade, mas todas as vezes em que você faz uma Audiência Pública, surgem novos sentimentos, porque são novas pessoas trazendo novos problemas. Portanto, para que você transforme isso e coloque isso realmente em prática, é difícil, porque o prazo está sendo prorrogado. É um sentimento natural, as pessoas perdem mais tempo, querem analisar, querem colocar mais alguma coisa e, na verdade, nós estamos quase no final do ano e nós estamos aí debruçados há anos, porque o Plano Diretor, na verdade, está muito atrasado. Na verdade ele tem seis anos de atraso, seria um total de 16 anos desde o último Plano Diretor.

Agora, com a nova mudança do cenário, nós temos um compromisso maior ainda, devido às Olimpíadas. Não podemos votar um Plano Diretor – a meu ver – e deixar de fora o que vai ser um grande legado para o Rio de Janeiro. Então nós temos um prazo até o dia 16 de outubro e que nós, dentro do grupo, até vamos conversar, para que a gente possa ampliar esse prazo até o meio de novembro mais ou menos, para apresentação de emendas, para que os Vereadores e a população possam passar o sentimento de suas regiões, mas nem nos preocupa isso, porque nós precisamos votar esse Plano Diretor esse ano. Não que a gente não ache que o Plano seja capacitado para atender a Cidade. Eu acredito que seja, sim nós temos trabalhando muito por isso, mas, se deixarmos para o próximo ano, certamente teremos novos problemas, pois é um ano eleitoral e nós não podemos esquecer que esta Casa é uma Casa política e mesmo os Vereadores que não são candidatos têm ligação com outros candidatos, Deputado Federal, Governador, Deputado Estadual e tudo mais. Então, não podemos perder todo material que conseguimos reunir, porque, se deixarmos para o próximo ano, eu tenho a preocupação de realmente isso não acontecer e quando mudarem lá, certamente as Audiências Públicas terão outros sentimentos, porque a Cidade é viva, a Cidade avança, a Cidade cresce e independentemente do último Plano Diretor, a Cidade cresceu. Poderia crescer de uma forma mais organizada, poderíamos crescer com uma qualidade de vida melhor, uma organização melhor, uma Cidade mais bonita. Não deixamos de crescer, mas crescen-

do de uma forma desordenada, infelizmente, a Cidade a cada dia aumenta seus problemas.

Eu vi aqui uma das meninas, eu sou da região de Jacarepaguá e morro de preocupação, eu e minha família, com o crescimento da Freguesia; não só a Freguesia, mas todo Jacarepaguá. Eu tenho a preocupação de Jacarepaguá virar uma cidade de pedra, porque Jacarepaguá é muito bom de morar, mas o que acontece, com os novos licenciamentos que são muitos e a infraestrutura, não tem para onde mexer e eu conheço 90% desse problema. Inclusive, conheço o problema da Freguesia que está sendo puxar água do Pau-Ferro, que foi uma obra do Governo do Estado, isto é, a Cedae não dá liberação ali e eles estão puxando de outras regiões.

Então, vocês vejam não deixa de crescer. Se nós não tivermos o compromisso de votar esse Plano este ano, me preocupa muito que, no próximo ano, nós não consigamos colocar esse Plano em pauta.

Então, eu só tenho mais uma exclamação aqui: é que hoje nós viemos mais para ouvir, para ver o que está acontecendo na Cidade, nos cantos diferentes da Cidade, como em todas as Audiências Públicas onde nós recolhemos todo esse material e tentamos transformar todo esse sentimento realmente em estrutura, implantar isso dentro do Plano Diretor.

Era isso que eu gostaria de falar, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – É preciso que fique claro para todos nós que o Plano Diretor é fundamental para organizar o planejamento da Cidade. Esta Cidade está realmente, há 20 anos, ou mais, desde a fusão, praticamente, que a Cidade é um pandemônio. Então, é fundamental que haja um Plano Diretor, mas também é fundamental que se entenda que Plano Diretor não é aquele Plano que vai resolver problema mais premente, mais imediato de cada um de nós. Ele vai ajudar, sim, porque planejando melhor nós temos mais chance de resolver; agora, nós temos que fazer muita coisa para que ele possa realmente funcionar. Isso é importante porque, às vezes há uma tendência ou a desvalorizar – “Não, então o Plano Diretor não serve para nada, eu não participo” – ou, ao contrário, achar que o Plano vai ser salvador e ele que vai resolver o problema do buraco na rua, etc. Não, acho que ele vai organizar a Cidade e nós acreditamos que a questão da descentralização é um ponto fundamental que deve ser resolvido.

O problema do zoneamento passa por vários recortes diferentes e, portanto, essa é uma questão que eu deixo aqui com o Secretário, mas em função, seja da administração, seja do problema do planejamento urbano, nós temos recortes diversos, pelo menos seis ou sete para a mesma Cidade. Ora nós dividimos em 10, para tratar da Saúde ou da Educação, e não são os mesmos 10 recortes, ora nós temos quatro macrozonas, ora temos cinco á-

reas de planejamentos, ora temos cinco regiões de planejamento, ora temos 30 áreas administrativas. Então, isso está criando realmente uma confusão muito grande, mas acho que há uma proposta que a Secretaria de Urbanismo encaminhou e nós precisamos resolver de que maneira compatibilizar melhor essas diferenças.

Eu passo agora a palavra a Joaquim Bocaiúva, da Associação dos Moradores do Alto-Gávea, pedindo agora, estritamente: vamos aos dois minutos, porque senão não vamos conseguir, porque o número de pessoas que desejam se manifestar está aumentando.

O que eu estou pedindo é o seguinte: as pessoas, na ânsia de se manifestar, perdem algum tempo fazendo introdução, e eu preciso que os problemas sejam colocados diretamente, que se vá logo ao ponto. Se for isso, a gente tem sempre um prazo de tolerância, mas é um pedido que eu faço, por favor.

O SR. JOAQUIM BOCAIÚVA – A nossa intervenção se dá, principalmente, na área do estudo de impacto de vizinhança. Acharmos necessário que seja previsto um prazo para encaminhamento da lei, um projeto de lei, que regulamente o estudo do impacto de vizinhança, como prevê o Estatuto da Cidade. Que seja previsto, no Artigo 42 a inclusão da exigência condicionadora, a licença de obras, do estudo do impacto de vizinhança. No normativo nº 42, parágrafo 7º, prevê que a lei disporá sobre a fiscalização em áreas de interesse social. Enquanto não houver essa lei regulamentando, especificamente essa matéria, a mesma necessariamente deveria ser tratada na forma prevista neste artigo. Que seja incluída no parágrafo único do artigo 152 a exigência do estudo do impacto de vizinhança para a implantação de lotes urbanizados e de moradias populares fora das áreas previstas no artigo 51. Em casos especiais, especificados, detalhados em lei, ouvido o Conselho de Política Urbana e realizado o estudo do impacto de vizinhança. Essas são as observações que nós trazemos como contribuição.

Muito obrigado.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito bom, excelente. A questão do impacto de vizinhança realmente é muito importante no Plano Diretor que nós vamos votar.

Eu passo a palavra agora ao Hélio Barros, do Conselho de Moradores de Loteamentos.

O SR. HÉLIO BARROS – Três minutos, não é, Vereadora?

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Vamos lá, vamos lá. Você está cheio de papéis e sugestões. Eu quero dizer

também que recebi da Funrio, da Márcia, uma extensa lista de propostas de emendas. A Márcia tem nos acompanhando em todas as Audiências Públicas e está aqui um trabalho muito grande, que eu vou tirar uma cópia agora e passar, inclusive, ao Secretário e a todos os que tiverem interessados. Obrigada. Pode falar.

O SR. HÉLIO BARROS – Pode ir? Bom, eu gostaria que fosse... Serei bem sucinto na minha situação. No artigo 52, que trata das Áreas de Especial Interesse Social, o Executivo encaminhou uma proposta de alteração. Eu gostaria de solicitar que fosse... Até porque a gente considera que é inconstitucional a alteração desse artigo, porque fere a Lei Federal 4.132, de 1962, que trata do assunto das Áreas de Especial Interesse Social para os assentamentos consolidados que tem no mínimo 10 famílias já morando. O entendimento, às vezes, da declaração das Áreas de Especial Interesse Social para algumas pessoas, é de que elas vão ser declaradas para as áreas que serão implantadas. Na verdade, ela é declarada nas áreas que elas estão consolidadas ou estão sendo implantadas com no mínimo 10 famílias ocupando aquele local, como prevê a Lei Federal de 1962. Então, o Executivo encaminhou uma alteração falando que as Áreas de Especial Interesse Social receberão apenas uma das seguintes denominações e conceitos. Nas alíneas que falam sobre as condições primordiais, no inciso 2, se não me engano, a Área Especial de Interesse Social é aquela ocupada por favelas e loteamentos irregulares e por conjuntos habitacionais destinados a programas específicos.

O Executivo mudou, colocou destinada à Programas de Habitação de Interesse Social, que ainda vai ser implantado quando, na verdade, as favelas, os loteamentos e os assentamentos urbanos são um fato real, existem e estão na artéria da Cidade. A gente acredita que está previsto no artigo 432 da Lei Orgânica, que mantém a lei de Especial Interesse Social para as áreas que foram ocupadas com parâmetros de regularização fundiária e edílio diferenciado do código de obras da Cidade, porque ela recebe um tratamento diferenciado porque ela está ocupando e os lotes têm dimensões diferentes, são edificações que têm metragem e não cumprem a legislação vigente da Cidade. Se a gente alterar – isso até é para os Vereadores da Casa observarem, porque muitas das Áreas de Especial Interesse Social são declaradas por projetos de Vereador – se for condicionada ao Executivo a declarar dessa maneira, as comunidades que hoje existem de fato não serão contempladas com essa situação, porque seriam destinadas a Programas Habitacionais de Interesse Social, enquanto, na verdade, essas áreas já existem e estão aí. A gente gostaria que fosse acrescida uma alínea “d” nessa condição, que retomasse a destinação original, onde o Executivo riscou. Fosse criada uma alínea “d” falando sobre as Áreas de Especial Interesse So-

cial para os Programas Habitacionais de Especial Interesse Social com um acréscimo, se me permite, de que seja...

A gente discute muito isso. Eu cansei de falar isso nas reuniões do movimento popular, que o movimento, os segmentos sociais insistem que o Município grave e marque no seu mapa as áreas que vão ser de Especial Interesse Social para Programas Específicos. Isso para nós, que lutamos pela regulação fundiária de ilícito, é uma temeridade. Sem as áreas serem demarcadas já há uma ocupação desordenada com grileiros e demais outros segmentos, imaginem se elas estiverem destinadas especificamente no mapa da Cidade, como Área de Especial de Interesse Social para fim de habitação, o que irá acontecer se o Município não implantar o seu programa de imediato? Vai haver uma ocupação e depois não vai poder fazer o investimento necessário naquelas áreas.

Então, nós gostaríamos que fosse criada essa alínea “d” e fosse criada a Área de Interesse Social com Interesse Público, como diz a apropriação, com a aplicação do artigo 432 da Lei Orgânica, que trata da desapropriação porque a declaração de Especial Interesse Social não traz urbanização daquela área e a regularização fundiária.

Hoje nós temos 80% dos loteamentos e das comunidades declaradas Áreas de Especial Interesse Social. Nós temos discutido muito isso com o Secretário Sérgio Dias, porque o Município não tem instrumento hoje para titularizar às áreas que estão com a sua cadeia oficial quebrada. Isso que dizer que o Município não tem um instrumento legal, sem ferir o direito de propriedade, titularizar a favela. Porque ele declarou a favela como de Especial Interesse Social, mas não desapropriou a área. Então, está previsto na Lei Orgânica que o Município irá promover a desapropriação. Nesses últimos 20 anos, nunca houve uma desapropriação de fato dentro das Áreas de Interesse Social, o que criou essa situação que a gente vê hoje no Município. A gente tem leis federais, estaduais e municipais, mas que impedem o Executivo de, realmente, titularizar aquelas famílias, que se criam alguns papéis conforme cada família ou lote que não é passivo de registro.

Então, a gente prefere que o Município, ao tomar a iniciativa de declarar de Especial Interesse Social, e desapropriar a área aplicando o artigo 432 da Lei Orgânica, para que possa titularizar e não só fazer infraestrutura, regularizar, titularizar aquelas famílias como demanda o próprio programa “Minha Casa Minha Vida” no que trata da titulação dos assentamentos urbanos no reconhecimento da análise da estimação da posse.

Então, fica aqui essa proposta do Conselho de Moradores, até porque a gente entende que, se passar a proposta do Executivo alterando essa parte da Área Especial de Interesse Social, vai ser prejudicial para aquelas comunidades que estão consolidadas e vão poder ser declarada Área de Interesse Social, porque ela está

mudando a conotação da lei maior que é a Lei Federal de 1962. Posso falar mais um pouquinho ou já terminou?

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Eu digo o seguinte: queria pedir a você brevidade, mas dizer que você tocou num ponto que é de altíssima importância para o Plano Diretor e nós, da Comissão Especial, temos interesse em esgotar essa questão e ouvir todos os lados, porque realmente é um ponto central do Plano.

Inclusive, eu queria comentar aqui, até para esclarecimento daqueles que não estão tão a par da questão, que nós temos hoje dois tipos de Áreas de Interesse Social. Nós temos as Áreas de Especial Interesse Social que já conhecemos, que são aquelas onde se demarcam um território que já está ocupado de uma maneira completamente irregular, contrariando todos os princípios urbanísticos, inclusive de insalubridade etc. e que são consideradas Áreas de Interesse Social para justificar uma intervenção urbanística de conserto, vamos dizer assim, que é o que a Câmara tem feito de uma maneira excessiva, esperando que a Prefeitura, que o Poder Municipal interfira e tome uma decisão sobre aquela área.

Agora, nós temos as Áreas de Especial Interesse Social, que são as áreas para aplicação de uma legislação urbanística simplificada, para que se possam construir casas populares e moldes urbanisticamente decentes.

Então, me parece que usar o mesmo nome para essas duas modalidades é um equívoco, porque na realidade são duas coisas diferentes. Em uma, nós estamos tentando corrigir algo que é bastante complexo, difícil, que justamente nós queremos reduzir. Nós queremos acabar com isso e cada vez mais ter um número de casas populares que possa suprir a população das suas demandas. Então, a minha opinião é que deveria ter até nome diferente. Chama de Zona de Interesse Especial Social I, Área Especial de Interesse Social II. Essa é minha opinião, por tudo que eu tenho ouvido, e estou aqui expressando um pouco opiniões que eu exaustivamente ouvi. Mas dada a importância desse assunto e do tema e também do fato de que as áreas irregulares não são aquelas comunidades, você tem os loteamentos também, que você representa, mas ainda estamos diante de um fato que a nossa Comissão Técnica pediu aqui esclarecimentos à Secretária de Urbanismo, de ver que a Legislação Urbanística da Cidade é muito rígida e exigente. Por outro lado, a informalidade também é uma informalidade completamente descontrolada e sob várias modalidades diferentes.

A pergunta é a seguinte: há o risco de aumentar a informalidade, na medida em que nós vamos reconhecendo a Cidade como uma Cidade com duas legislações diferente, na medida em que nós vamos criar essas áreas para construção de casas populares, ou a rigidez excessiva da legislação urbana não é também

geradora dessas informalidades. Portanto é uma questão de altíssima importância que eu gostaria de solicitar a todos e aos meus colegas de Comissão, licença para que a gente faça uma reunião especial sobre isso, dada a complexidade do assunto.

Mas, se você ainda quiser usar meio minuto para concluir as suas ideias, eu vou lhe pedir. Você é um fujão também, porque nós já pedimos a sua participação em várias reuniões e você não apareceu. Você é fundamental nessa discussão, e sabe disso.

O SR. HÉLIO BARROS – Eu estive impossibilitado por questões de saúde. Senhora Presidente, a Cidade do Rio de Janeiro é percussora na aplicação da Área Especial de Interesse Social. Em 1994 foi um projeto único, esta Casa votou 262 loteamentos como Área Especial de Interesse Social, criando um instrumento que realmente permitisse a inclusão social daquelas 262 comunidades na Cidade. Só que nesses 20 anos, ou mais, a Cidade, na verdade, virou uma ilha, uma ilha de Área Especial de Interesse Social. A Cidade está uma ilha ao redor de várias Áreas de Especial Interesse Social. Temos 700 favelas, 1.600 loteamentos – isso, que nós conhecemos – e a cidade formal. Escutei a Presidente do IAB falando sobre a degradação da AP-1, AP-2 e AP-3 por falta de investimento. A gente acredita que o capital imobiliário, se houvesse uma flexibilização na lei urbanística, para investimento nessa área, ele teria investido. Hoje a flexibilização das leis para a aplicação do Programa “Minha Casa Minha Vida” no Centro, na Gamboa tem como objetivo aproveitar a infraestrutura que existe nesses locais. Só que estão se esquecendo que a infraestrutura desses locais é das décadas de 50, 40. A se fazer um empreendimento no Centro, na Cidade Nova, tem que se mudar a malha hidráulica. O esgotamento não suporta e não aguenta nem o que existe. Então, é todo um investimento que deverá ser feito, e não há um aproveitamento do que existe. Nós temos problemas nas outras regiões, na AP-3. Temos o problema do Engenho, em que o entorno não foi recuperado, conforme previsto.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Então vamos combinar essa reunião.

O SR. HÉLIO BARROS – Tudo bem. Eu estou discutindo algumas coisas com o Secretário. A Secretaria de Urbanismo está aberta para essa situação. A gente precisa que seja criada a lei de uso e ocupação do solo da Cidade do Rio de Janeiro, para que a gente não fique sempre a reboque de uma lei federal. Em 92, estava prevista para dois anos a prorrogação do Plano Diretor e se passaram 17 anos e a gente não tem uma lei de uso de ocupação só. Na alteração do Executivo, novamente não mencionaram a obrigatoriedade da criação da lei de uso e ocupação do solo. São temas que a gente tem que discutir, porque o Plano Diretor é pa-

ra os próximos 10 anos. Ele é um plano decenal e não para resolver os problemas de 20 anos que nós temos, que é a degradação da cidade. Não quero que isso aconteça e fique para os meus netos e bisnetos, que de fato vão viver nesta cidade. Gostaria que as coisas fossem... E que da próxima vez a gente fale antes.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada. Vamos aprofundar esse tema.

Eu queria ouvir agora a Ângela Tude da Associação de Moradores de Santa Tereza.

Gostaria de registrar a presença do Vereador Carlo Caiado, muito obrigada. Regina Carquejo, da AMA Laranjeiras; Josias Caldas, da Associação de Moradores da Matta Machado; Mauro Salinas, Secretaria do Meio Ambiente; Maria Luiza, da Associação de Moradores da Usina; Marlene Parentes, da Associação de Moradores de São Conrado; Mauro Bonelli, da PUC-Rio; Hugo Souza, do Tijuacu; Silas Lima, do Centro de Reabilitação para a Infância e Adolescência; Celinéia Ferreira, da Amur – Urca; Álvaro Braga, do Movimento de Defesa do Parque Centenário de Segurança de Santa Tereza; Paulo César Oliveira, da Confederação Nacional de Associações de Moradores; Maria Amélia, da Associação de Moradores de Ipanema; Nanci Rodrigues, da Associação de Moradores de Guadalupe; Sebastian Archer, da SOS Leme. Estamos muito bem representados pelas associações que clamam por uma nova ordem urbana.

A SRA. ANGELA TUDE DE SOUZA – Muito obrigada. Eu queria cumprimentar a todos da sociedade civil organizada, pelo menos aquela parte que aqui consegue chegar. Gostaria de cumprimentar também os membros diretores, Sra. Presidente da Comissão do Plano Diretor, enfim, os nossos colegas que estão representando o Poder Executivo.

Primeiramente, sou Ângela Maria Tude de Souza, arquiteta urbanista, professora da Inicamp, enfim trabalho pelo movimento popular em Santa Teresa. Gostaria de fazer nossas as palavras dos primeiros companheiros e companheiras que aqui falaram com relação à distância da sociedade civil na discussão do Plano Diretor e, sobretudo, no que diz respeito à situação desagradável gerada pela pouca transparência, pela pouca discussão com relação às emendas propostas pelo Executivo. Gostaríamos de reforçar, portanto, a ideia da itinerância e da maior transparência, do caráter mais democrático e participativo possível nessas discussões. No caso, eu gostaria de me referir à Professora Aspásia, sobretudo como pessoa que liderou, desde a Eco-92, todas as discussões novidadeiras, à época, sobre a Agenda 21. Esse espírito deve ser, mais do que nunca, reavivado e gostaria de fazê-la

saber que nossa população, os moradores de Santa Teresa, são muito caros não só a ideias, mas a essas práticas.

Nós já vimos há pelo menos três anos acompanhando todo esse processo de discussão das emendas ao projeto substitutivo. Tivemos a prerrogativa de pelo menos, duas propostas aprovadas e incorporadas ao termo vigente do Plano Diretor. Porém, temos algumas observações que gostaríamos que fossem lembradas. Inicialmente, alguns moradores não puderam estar presentes; alguns outros sim. O primeiro ponto a ser lembrado, portanto, que entra em contradição com uma série de orientações aqui presentes no projeto de Executivo, nos termos do Executivo, é que Santa Teresa é uma área de proteção desde 1984, uma área de proteção ambiental e cultural cujo conselho gestor está em implantação nesse momento e tem caráter deliberativo.

Portanto, aqui começaram a compatibilizar, através do Plano Diretor, a questão das responsabilidades e das atribuições. Um conselho deliberativo pressupõe justamente, numa figura paritária entre órgãos do Executivo e sociedade civil, que se delibere e que se monitore, com base num plano de manejo, uma série de questões que são aventadas de forma genérica pelo Plano Diretor e que pedem, na verdade, uma leitura e uma abordagem específica de suas peculiaridades, do ponto de vista da política urbana.

Então, eu passo aqui a elencar as nossas preocupações. Com relação a esse aproveitamento de terreno, se não me engano é o anexo 7, nós gostaríamos de salientar que Santa Teresa está incluída na macrozona controlada para efeitos de aproveitamento do terreno. Nós temos aqui indicado um índice de 1.5, que, na proposição atual do projeto do Executivo, está omitido. Gostaríamos, primeiro, de agradecer a sensibilidade daqueles que, na tabela relativa à macrozona controlada, viram que Santa Teresa estava em branco. Então, queríamos parabenizar, gostaríamos de reforçar essa proposição, e que se mantenha o índice atual, que é em torno de 0.8, justamente por considerar que temos uma série de áreas que não são contadas, como área de acesso, circulação, garagem etc e que se mantivesse como foi previsto, 1.5, que implicaria em um aumento do índice de aproveitamento do terreno em torno de 50%, mas que se mantivesse 0.8, que, efetivamente, se pratica. Nesse quesito, portanto, nos sentimos plenamente representados pelo projeto aqui apresentado.

Com relação ao aumento de 50% no IAT há um erro, porque isso nos leva justamente a pensar numa arquitetura e num conjunto urbanístico, tombado, protegido, que deve lutar contra os puxadinhos e a impermeabilização do terreno. Isso porque a APA deve nos levar a uma outra política de ocupação e de qualidade de vida. No caso, aqui, lembramos que a APA precisa de árvores nos quintais.

Com relação ao Anexo 3, que aqui não comparece, portanto imaginamos que ele tenha se mantido como no projeto substitutivo número 3, nós temos a dizer que, com relação às diretrizes

para macrozonas de ocupação, que se mantenham os termos aprovados na rodada anterior, em que apresentamos uma emenda. Ela foi aprovada, porém ainda não foi mencionada aqui. Gostaríamos de sintetizá-la, chamando atenção para a questão do turismo de massa e os usos comerciais a ele vinculados, que, num bairro como Santa Teresa, não cabem. Segundo, que o adensamento populacional não seja levado adiante, que se mantenha o bairro eminentemente residencial. Porém, no caso de opções por moradia multifamiliar, se atente sempre para a capacidade bastante limitada da infraestrutura sanitária, notadamente, e de transporte. E, em matéria de usos comerciais, nós temos uma série de empecilhos, tanto do ponto de vista do provisionamento de mercadorias, de cargas, caminhões de grande porte, como, sobretudo, no que diz respeito, Presidente Aspásia Camargo, ao tratamento de resíduos, à evacuação e ao tratamento de resíduos. Portanto, nossa segunda faixa aqui deixa clara as intenções e as demandas dos moradores de Santa Teresa: que se mantenha uso residencial, que se limite o uso comercial, sobretudo aquele ligado ao turismo de massa, e que se atente sempre aos limites já instalados da nossa precária infraestrutura sanitária e de transporte.

Creio que deixei aqui registradas as nossas principais preocupações. Gostaria, entretanto, Presidente, de pedir que esta Comissão atente para os mecanismos de integração entre os conselhos, Conselho Municipal de Meio Ambiente, Conselho Municipal de Patrimônio e Conselho de Política Urbana, porque, sem a interlocução prática e efetiva, pouco do que estamos discutindo, e que venha a ser aprovado, poderá ser operacionalizado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – E aí, a Agenda 21 entra, no seu espírito transversal.

A SRA. ÂNGELA MARIA TUDE DE SOUZA – Absolutamente!

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada, Ângela!

A SRA. ÂNGELA MARIA TUDE DE SOUZA – Pelo respeito às áreas de proteção!

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Passo a palavra, agora, a Álvaro Braga, do Conselho Comunitário de Segurança de Santa Teresa.

O SR. ÁLVARO BRAGA – Senhores, boa tarde! É com prazer que venho a esta Tribuna para defender a validade histórica. Sou de Santa Teresa e vim aqui para dizer aos senhores que esperamos que o Plano Diretor venha, realmente, Vereadora, para organizar a Cidade, e não para acabar de bagunçar com o nosso bairro. Então, pedimos atenção para as duas emendas populares que apresentamos e que foram aproveitadas pelas Comissões Técnicas do Plano Diretor. Essas emendas vêm no sentido de se manter no espírito da Lei 495, a Lei da APA de Santa Teresa. Gostaria de dizer que ela foi promulgada em 1984 e, plagiando o não saudoso Marechal Costa e Silva, que pitorescamente dizia que tiririca é que nascia à toa no meio do paralelepípedo, se Santa Teresa hoje não tem espigões, se Santa Teresa hoje mantém os seus bondinhos, isso é fruto da mobilização de gerações de moradores. Temos muito apego a essa maneira de viver. Santa Teresa é um bairro essencialmente residencial, com certa vocação para hospedagem, para clínicas de repouso e para algumas atividades, para alguns usos que sejam compatíveis com nossa maneira de viver, quer dizer, que causem pouco impacto.

Então, uma distorção disso é se comparar Santa Teresa ao resto do Centro. Eu digo, com orgulho, que não moro na Zona Sul; eu moro no Centro. Só que Santa Teresa, obviamente, não é o resto do Centro, ela tem características próprias. Por favor, não confundir Santa Teresa com Lapa. O que pode ter dado certo na Lapa não será bom para Santa Teresa, e muito menos para a Cidade. Eu pergunto: o que agregaria ao Rio de Janeiro, se perdêssemos um bairro com as características de Santa Teresa, para ganharmos uma outra Lapa? Nada. Santa Teresa, repito, tem uma vocação residencial e para hospedagem.

Então, eu faço um apelo aqui para que nos respeitem, que acaatem as nossas emendas, que regulamentem o relatório de impacto de vizinhança, que é muito importante, porque estamos cansados das agressões que têm sido cometidas contra nós. Inclusive, faço um apelo a esta Casa de Leis para que revogue dois decretos promulgados pelo Prefeito Cesar Maia, que usurpam, tanto pela Constituição do Estado do Rio de Janeiro, quanto pela Lei Orgânica do Município, poderes exclusivos desta Casa de Leis: Decreto dito de reconversão dos casarões e o do polo gastronômico. Obrigado!

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada! Eu queria passar, agora, a palavra a Tomás Mariani, da Associação de Moradores do Alto Jardim Botânico.

O SR. TOMÁS MARIANI – Boa tarde a todos! Eu vim falar em nome da Associação de Moradores – eu sou diretor. O Alto Jardim Botânico é uma região pequena do Bairro do Jardim Botânico, que fica próximo ao Parque do Jardim e é basicamente uma área com uma saída e uma entrada, são duas ruas. Eu vim falar aqui do relatório de impacto de vizinhança. É muito importante incluirmos, se for possível, na Seção 12, a consulta aos moradores, porque entre os tópicos aqui relacionados, não vi nenhum desses de consulta. O parágrafo único diz: “Far-se-á a publicidade aos documentos integrantes do relatório que ficarão disponíveis para consulta no órgão competente do Poder Público Municipal a qualquer interessado”. Muito bem, mas e antes disso? Os moradores foram ouvidos? Porque nós temos problemas, por sermos uma área residencial, de tentativas de uso comercial inadequado, como vários representantes aqui já mencionaram nos seus bairros também. Fica essa sugestão de incluir isso e que esse relatório seja feito em estabelecimentos que já causam impactos, não somente os novos, porque, pelo que entendi aqui, é só para os que vieram a ser licenciados.

Queria deixar essa sugestão; em nome dos moradores, porque, se não ficarmos vigilantes, fica cada vez mais comercial a área. Obrigado!

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada, Tomas.

Passo a palavra, agora, ao Professor Jorge Barros, do Instituto Verde da Zona Oeste.

Antes disso, queria comentar aqui que é um clamor da Cidade, Secretário, o problema do uso misto. Na verdade, o uso misto, que é uma prática consagrada internacionalmente, exige maturidade e exige participação. E o que está acontecendo em muitas áreas da Cidade é que a convivência entre essas duas coisas acaba levando a uma hegemonia da área comercial sobre a área da moradia.

Então, eu digo isso porque ouvi essa reclamação e, às vezes, até mais do que reclamação, atos, situações de desespero em que a população reclamava do excesso de abertura de saunas, numa rua, por exemplo, de Copacabana. Ruas residenciais que, de repente, deixaram de ser. Enfim, como já temos muito poucas áreas estritamente residenciais, e como ser comercial significa ter um trânsito terrível, muito barulho e áreas noturnas, zonas noturnas, acho que esse assunto merecia também um cuidado especial, em função da situação que a Cidade está vivendo. É uma observação que eu faço.

Passo a palavra ao Professor Jorge Barros.

O SR. JORGE BARROS – Vereadora Aspásia Camargo, demais presentes, bom dia! Talvez esta aqui – ontem não pude estar, porque estava dando aula – seja a parte desta Audiência, essa Sessão de Audiência mais importante sobre urbanização. E eu tenho um problema a colocar e uma reflexão a fazer, com a solicitação; a segunda parte diz respeito a minha região, a Zona Oeste.

Mas eu queria, primeiramente, em relação ao problema reportar aqui o ano de 2000. Eu tive o privilégio e o prazer de participar da campanha que elegeu o Prefeito Cesar Maia, Prefeito da Cidade, que venceu o Conde. E, naquele processo de trabalho para Cesar Maia, a parte teórica, que me caberia tocar dentro da área executiva, seria uma área que conduzo há 19 anos, que é trabalhar com drogados, presos e comunidades carentes, como tenho uma ONG na Rocinha. Consequentemente, conversando com João Pedro – na época, Secretário –, a área teoricamente que eu iria desenvolver era a área que, no Governo Cesar Maia, foi exponencializada em agravamento. Eu quero falar de população de rua. A população de rua, hoje, é um problema seriíssimo, que teve um processo degradado de uma forma exponencial no Governo Cesar Maia. Eu, inclusive, naquela época, me recusei a tocar esse projeto. Tinha feito um projeto denominado O Bom Samaritano, porque, conhecendo a gravidade do problema de população de rua, como eu conheço também a questão das favelas, hoje temos um problema sério para resolver aqui.

Vereadora, quero falar de uma observação infeliz que foi feita aqui na Audiência Pública sobre Habitação, quando vi discriminação em relação às favelas do Rio de Janeiro. Inclusive, foi colocado, aqui nesta Plenária, que as favelas do Rio de Janeiro são lugar de especulação imobiliária. Eu sei que hoje o Rio de Janeiro comporta 1.800 favelas. Quase 30% da população do Município do Rio de Janeiro reside em favelas. Lá na Rocinha, onde habito, vejo permanentemente o trânsito de ida e vinda, sobretudo do segmento do Nordeste. À medida que alguns dos moradores, amigos meus, conseguiram melhorar o seu padrão de vida, estão descendo, porque ninguém mora em favela porque tem o prazer, porque dá *status*, ou porque está especulando. Não é verdade. Sobretudo, com o advento das milícias e do tráfico de forma muito forte, não há prazer de se morar em favela. Mora-se em favela por necessidade. Mora-se em favela porque precisa morar. Consequentemente, não é, do ponto de vista maciço, lugar de especulação imobiliária, como ouvi falar aqui. Não é verdade isso.

E eu gostaria inclusive de pedir ao senhor, Secretário, que pudesse ver com muito carinho essa questão da favela, porque também ouvi, nesta manhã, aqui que favela é um segmento informal. Eu creio que a História do Rio de Janeiro é marcada por esse segmento populacional que já está inclusive na cultura popular. Eu creio que as favelas precisam, sim, sofrer um choque,

não de ordem, mas de urbanidade, de urbanismo, de urbanização, mas de uma forma muito direta, sem ser com coloração político-partidária, porque favela hoje, não só no Rio de Janeiro, mas mundialmente, é uma coisa consagrada e a gente consegue ver a favela desde o Feudalismo, tendo passado pelo Mercantilismo e desaguando nesse modelo maior que é o do Capitalismo Industrial. A favela é o produto da exclusão. Enquanto existir exclusão, vai existir favela; quando se acabar a exclusão, automaticamente se acaba com as favelas.

E agora, para terminar, eu queria pedir ao senhor em relação à Zona Oeste. A Zona Oeste nasceu, viveu e cresceu como um local rural. A Zona Oeste ainda é um local rural. Só que a Zona Oeste, nos seus 17 bairros, que compreende de Realengo a Santa Cruz, com 2 milhões de habitantes, sofreu desde o término do ciclo da laranja, porque tivemos o ciclo do café e o ciclo da laranja. Construiu-se a Estação Ferroviária de Campo Grande, que permitiu que a Zona Oeste saísse da condição rural diretamente para a condição urbana, sem passar pela parte determinante suburbana. Logo em seguida, chegou a Fábrica Bangu, como o senhor sabe muito bem, hoje está lá o Shopping Bangu, onde inclusive eu leciono no Campus Unisuam, e a Zona Oeste sofreu uma invasão de moradias e sofreu toda uma agressão em relação à característica da região. E eu vendo aqui agora, no projeto, só tem aqui um Bairro da Zona Oeste – viu, Vereador? – que de fato está sob construção controlada, que é Guaratiba. Os demais 12 estão liberados; de uma forma, sendo acompanhados.

Eu diria para o senhor que hoje esses 12 bairros que estão aqui sendo objeto de acompanhamento deveriam passar por uma condição, penso eu, de controle sujeito à avaliação dos senhores. Por quê? Porque estamos falando de bairros que estão mais do que... Campo Grande hoje, por exemplo, tem praticamente 800 mil habitantes, Bangu está saturado, com Vila Kennedy e Vila Aliança. Eu, por exemplo, acompanhei todo o trabalho do Governador Carlos Lacerda em 1964, quando iniciou o primeiro projeto desse País e do Planeta Terra, de desfavelização de uma região. Eu inclusive tenho um livro semi-acabado de Carlos Lacerda, passei quase oito horas com Sandra Cavalcanti, e acompanhei todo o processo, *pari passu*, da desfavelização. Carlos Lacerda criou a Vila Kennedy, Vila Aliança, Cidade de Deus e Vila Esperança e para lá levou diversas favelas. Em que foram transformados esses conjuntos? Está aí o filme “Cidade de Deus”, que retrata que o Rio de Janeiro não foi desfavelizado e por isso eu digo para os senhores que essas comunidades denominadas de favelas precisam, sim, sofrer um choque de urbanidade, urbanismo e urbanização. E pediria ao senhor que dentro da Zona Oeste, sobretudo esses 12 bairros, mudasse com a Secretaria de Urbanização – agora a nossa Vereadora estará conosco lá, apresentando à comunidade o Plano Diretor da Cidade – que o senhor possa estar presente e a gente possa olhar com carinho, porque a Zona Oeste

agora vai sofrer gradativamente um choque de industrialização. O Instituto de Economia acabou de fazer um estudo de viabilidade econômica para a implantação de um polo metal- mecânico em Bangu. Hoje, a Zona Oeste tem 8.362 empresas divididas em indústria, serviço e comércio e na região industrial são 600 indústrias. Gostaria que a Secretaria de Urbanização pudesse, junto com o Plano Diretor, olhar com muito carinho para aquela região, em especial para a nossa APA Gericinó. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada, Jorge. Eu passo agora a palavra para Patrícia Paiva Muniz. O PPAD do Rio de Janeiro não foi votado, não está em fase de conclusão. Está na Ordem do Dia, mas ainda não foi votado. Está em processo de rediscussão. Eu vou pedir a Patrícia Paiva Muniz para usar a palavra. Ela está aqui ainda? Não. Então, vamos dar a palavra a Cristina Borges. Aviso para Fátima Sena que está na lista.

A SRA. CRISTINA BORGES – Bom dia, eu sou Cristina Borges, da Ecomarapendi, e quero fazer minhas as palavras da Mariane, do Jardim Botânico. Só quero denominar o artigo, que deve constar na significação do RIVI, que é sobre a obrigatoriedade de Audiência Pública, de seguir o mesmo ritual já impetrado para os estudos de impacto ambiental, para os estudos de impacto de vizinhança. Quero também ressaltar que não é apenas um relatório de impacto de vizinhança, um estudo de impacto de vizinhança, porque é muito importante, cada vez mais, à medida que a urbanização avança, principalmente em nossa cidade, que seja um estudo detalhado, para que não construam monstros, como vários aqui citaram.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada, eu vou pedir licença a vocês, porque por razões de força maior tenho que deixar agora o nosso debate, mas deixo aqui o relator, o Vereador Roberto Monteiro, presidindo a Sessão em meu lugar. Peço desculpas ao Secretário, a todos os membros da Secretaria e a todos vocês.

(Assume a Presidência o Sr. Vereador Roberto Monteiro, Relator da Comissão)

O SR. PRESIDENTE (ROBERTO MONTEIRO) – Boa tarde a todos. Desde já passo a palavra à Sra. Fátima Sena.

A SRA. FÁTIMA SENA – Boa tarde a todos. Eu trabalho na praia, com massagem. Eu gostaria de pedir atenção e carinho, como nosso colega até já bem colocou sobre os ambulantes. Quero falar sobre a classe dos massoterapeutas, que ajuda no relaxamento. As pessoas chegam na praia e pode tudo, mas tem

suas medidas, tem suas limitações, pois algumas pessoas exageraram. Os turistas quando chegam e encontram aquele espaço ali, ficam felizes em ver no espaço público um serviço para que possam relaxar, se conectar, e perguntam sempre: “É o Prefeito, como é a relação?” Querem saber sobre os nossos governantes, que possibilitam esse trabalho. Em 2007, foi bloqueada a nossa participação na praia. Eu venho de uma classe desprivilegiada, a das empregadas domésticas, mas algumas pessoas me ajudaram. Eu não fiz curso de três meses, nem de seis meses: foram seis anos de estudo para poder assumir esse compromisso, e quando eu me vi com a possibilidade de apoiar as pessoas a estar bem e com saúde, passei a ver a praia como um lugar que é auspicioso. Hoje, quando eu cheguei, vi várias imagens urbanísticas lindíssimas. Quando as pessoas chegam na praia e vêem as pessoas relaxando, como as pessoas ficam tocadas, umas mentalmente, outras aproveitam o movimento que eu faço e vão relaxando também. A massagem ocupa um espaço de três por três. Quadra de vôlei e quadra de futebol ocupam um espaço enorme, um exagero; é legal isso tudo, mas eu acho também legal respeitar um trabalho que está sendo digno e merecedor de confiança. Afinal de contas, eu estudo, pratico ioga, procuro melhorar, melhorar as pessoas e contribuir para a nossa cidade. Eu gostaria que dessem atenção, com carinho, ao nosso trabalho, porque nós ocupamos um espaço. É pequeno o espaço que a gente ocupa, e não prejudica em nada; pelo contrário, melhora bastante. As pessoas que passam por lá são desportistas, pessoas cansadas, estressadas... É muito bacana o trabalho. Obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ROBERTO MONTEIRO) – Obrigado, D. Fátima. Com a palavra, agora, a nossa combativa Márcia Vasconcelos, da FAM-Rio.

A SRA. MÁRCIA VASCONCELOS – Meu nome é Márcia, para quem não me conhece. Às vezes eu me esqueço de falar. Sou Presidente da FAM-Rio. Eu fui contemplada pela fala da Regina. Fiquei muito feliz de a FAM-Rio estar representada aqui na fala da Regina, de Botafogo, e na fala do Hélio, do loteamento. Mas preciso dizer, ainda, que não desanimei de pedir a audiência. As falas do moço lá de Santa Cruz, do Instituto Verde, várias falas aqui, dizem isso. Eu fiquei feliz em ver várias associações de moradores da Zona Sul aqui presente. Que maravilha! Por que não podem dar essa chance às associações de moradores de Campo Grande, Bangu e Santa Cruz? Então, eu tenho que estar aqui, dizendo isso.

É a última Audiência na Câmara sobre o Plano Diretor. O Vice-Prefeito está aqui. Nós conversamos com o Prefeito logo após a posse e ele disse que queria ouvir a sociedade. Então, nada

mais justo do que a gente fazer esse tipo de reunião e contemplar as áreas mais distantes. Se a Zona Sul pode vir aqui dar o seu grito, por que não estender essa vontade também e essa condição às associações de moradores e à sociedade da Zona Oeste?

Um Vereador que já saiu disse, parecendo justificar, que a Cidade tem muitos Vereadores e representa o sentimento da sociedade. Ele não está aí, mas eu ia dizer a ele que tem lugar que não deve ter Vereador, porque a gente não vê o sentimento da sociedade sendo contemplado amplamente na sua preocupação.

Eu fiz uma reunião, na semana passada, em Campo Grande, e a gente viu a importância que teve a discussão que fizemos. E ontem eu tive a oportunidade de dizer tudo o que nós fizemos para a Secretária de Educação. As pessoas querem discutir. A gente não vai descansar. O Vereador Roberto Monteiro está ali. Eu já conversei uma vez com ele. Nós vamos insistir que é preciso descentralizar essa discussão, principalmente quando pegamos um “catatau” de 70 páginas, que é o que a gente pegou do Plano Diretor, e essa proposta do Prefeito, que eu não sei nem explicar essas zonas que o Prefeito propõe para dividir a cidade. Eu tenho aqui: “zona incentivada, zona controlada, zona condicionada.” O que é isso? Se eu não sei, e eu peguei... E quem não pegou? Como é que vai viver numa cidade sem saber onde está? A cidade é a cidade inteira. E a favela, como disse o moço, também é cidade!

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ROBERTO MONTEIRO) – Passo a palavra, agora, ao Sr. Roberto Anderson Magalhães.

O SR. ROBERTO ANDERSON MAGALHÃES – Bom dia a todos. Inicialmente, eu queria dizer que estou aqui como cidadão. Sou arquiteto e, curiosamente, por ter me inscrito como cidadão, fui deixado para trás. A minha inscrição, na ordem em que eu estava, estava muito à frente e só agora estou aqui. É curioso, porque justamente a melhor qualificação que eu poderia ter, que é a de cidadão, foi aquela que foi deixada para trás.

Sobre o Plano Diretor, eu gostaria de dizer que, como cidadão e como arquiteto, gostaria muitíssimo que nós pudéssemos ver um plano que consagrasse a noção de desenvolvimento sustentável como a noção norteadora desse plano. Essa deveria ser a alma ao Plano Diretor, e nem sempre é possível perceber isso. Muitas vezes, quando falamos em desenvolvimento sustentável, pensamos que é um assunto referente à questão ambiental, à área ambiental, mas não. A questão urbana, o urbanismo é enormemente afeito a essa questão.

Então, é muito importante que isso perpassasse por toda a discussão. A questão urbana, do Plano Diretor, tem que ser perpassada por essa discussão.

E como isso se traduz praticamente na questão urbanística? Algumas questões pontuais, como, por exemplo, que os edifícios reutilizem a água da chuva, etc., já vêm sendo adotadas. Mas são questões muito pontuais. Nós estamos discutindo aqui o macrozoneamento da Cidade. E aí temos que pensar de uma forma conceitual mais clara.

A questão, em termos de macrozoneamento, que traduz hoje em dia, da melhor forma, a noção de desenvolvimento sustentável é a noção de cidade compacta. O que é uma cidade compacta? É uma cidade que não se expande, que não expande a sua área urbana indefinidamente, que não esgota seus recursos naturais, que não esgota o seu solo. Em várias cidades isso tem sido adotado. E eu acompanhei, por estudos que eu estava desenvolvendo, a reelaboração do plano para a Área Metropolitana da Cidade de Paris. E eu pude perceber que essa noção de desenvolvimento sustentável perpassou toda a discussão, a ponto de eles começarem a pensar em diminuir as facilidades de transporte de grande velocidade para zonas muito longe do centro da cidade, de forma a que as pessoas voltassem a morar em áreas mais próximas das áreas centrais, havendo inclusive, propostas de corte no trem de velocidade, o RER, que levava para a extremidade da área urbana, para que se incentivasse as pessoas a morar mais perto do centro.

Então, é importante que a noção de cidade compacta venha a ser incorporada pelo Plano. Nesse sentido, eu acho que o Plano, por exemplo, não está se lembrando de manter áreas agrícolas. Então, seria interessante que todo o espaço do Município do Rio de Janeiro se transformasse numa área urbana.

Eu percebo que na macrozona assistida é dito que haverá a revitalização do setor agropecuário e proteção das áreas de atividades remanescentes. Eu me pergunto se isso é suficiente. Eu acho que, talvez, seja importante que nas áreas onde haja atividade agrícola seja proibido terminantemente um loteamento, porque se houver a permissão de um loteamento, essas zonas, obviamente, vão sofrer uma pressão e serão transformadas em áreas urbanas. E mais: que haja um incentivo fiscal para que se permaneça como tal. Pode parecer anedótico que nós tenhamos produção rural no Município do Rio de Janeiro, mas não é. É importante que haja produção agrícola no Município do Rio de Janeiro. Então, tem que haver incentivo para tal.

Outra questão relativa a isso é que, também na macrozona assistida, em relação ao sistema viário, se fala em melhorar as condições de acessibilidade. Então, eu chamo atenção para o caso que eu falei aqui, que é o caso da Área Metropolitana de Paris. Tem que pensar com muito cuidado o investimento em sistema viário em áreas que hoje ainda não são dotadas desse investimento. Obviamente, tem o problema social, a necessidade de as pessoas se locomoverem, que obviamente tem que ser levada em consideração. Mas também, por outro lado, é preciso cuidado

para que o sistema viário não seja o indutor de mais ocupação urbana.

Então, basicamente o que eu queria falar era para que pensemos nisso. Quando, por exemplo, venceu a candidatura do Rio para as Olimpíadas, a questão do desenvolvimento sustentável esteve muito presente. E isso não pode estar ausente desse Plano Diretor que vamos votar agora. Então, que isso esteja presente e que a noção de cidade compacta comece a nortear efetivamente o Plano Diretor.

Obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ROBERTO MONTEIRO) – Com a palavra, agora, o Professor Álvaro Bastos, conhecido da Casa, mas representando aqui a Associação de Moradores de São Cristóvão.

O SR. ÁLVARO BASTOS – Boa tarde. Eu queria agradecer à assessoria da Vereadora e da Comissão, que convidou a Associação de Moradores de São Cristóvão. Eu sou Diretor de Patrimônio e Meio Ambiente de São Cristóvão, da AMA-São Cristóvão.

Em São Cristóvão, a luta da associação de moradores, entre várias, começou no período do Governo Saturnino Braga, quando nós conquistamos a Lei de Preservação Ambiental do Patrimônio Histórico da Cidade.

São Cristóvão, todos sabemos, foi residência oficial do Rei, que governava tanto o Brasil como Portugal. Então, uma série de acervos históricos foi construída no bairro, mas o patrimônio, de certa forma, foi abandonado. São Cristóvão, hoje, é um bairro à margem da sociedade, junto com o Caju, que chegou a ter a maior colônia de pesca do Rio de Janeiro e do País, com 8 mil pescadores. A poluição destruiu o resíduo dessa colônia, hoje.

Então, apenas para lembrar, eu queria citar que Ipanema tem suas praias e o polo gastronômico – e só. São Cristóvão tem a Quinta da Boa Vista, o Observatório Nacional, o Museu do Primeiro Reinado, o Jardim Zoológico da Cidade, feito por Getúlio Vargas. Uma série de museus existe em São Cristóvão. Poderia citar a primeira missa campal feita pelo fim da escravidão, no coreto de São Cristóvão, no Campo de São Cristóvão. O coreto, hoje, é dormitório de mendigos. Fizeram uma fogueira lá dentro. O Conselho nada fez para preservar. Tem também o grande e glorioso Colégio Pedro II.

E São Cristóvão tem suas franjas. Quando eu falo em franjas, falo sobre o Projeto da Zona Portuária, agora. A entrada da Rodoviária está horrível. Bem em frente à Rodoviária está a CEG. Na sede da CEG foi a instalação dos Correios e Telégrafos no Brasil. Quem é colecionador, conhece. Ali é um patrimônio pre-

servado. Nada é feito! Falam até em construir ali, derrubar aquilo e construir. E esse tem sido o problema de São Cristóvão, essa flexibilização que alguns Vereadores votaram aqui na administração passada, que permitia a flexibilização. O que está acontecendo em São Cristóvão? Casas históricas estão sendo derrubadas com o discurso da flexibilização. Deixa cair; às vezes colocam até fogo para poder vir a especulação imobiliária.

No entorno da Quinta da Boa Vista, com o discurso de flexibilizar, começam a construir verdadeiros espigões. E, evidentemente, hoje, São Cristóvão tem uma população flutuante, em função da degradação que aconteceu na Zona Oeste. Essa população flutuante, diferentemente do morador residencial, pouco está se importando com isso. E nós pegamos a outra franja, que é o Caju, que, em função da violência, da miserabilidade em torno do cemitério e da zona de jogar lixo, acabou se destruindo. Também tem uma série de áreas importantes para a preservação.

Eu poderia citar aqui, antes de tocar na Legislação, que a gente acha que deve ter modificações, como a garagem do bonde, onde nós conseguimos que fosse instalada a Delegacia de Meio Ambiente, com a luta da nossa associação, senão o Cesar Maia tinha destruído a rua e a garagem do bonde – porque os trilhos ainda estão todos lá, até São Januário.

Falei da Quinta, das casas históricas que estão sendo derrubadas... Há o Museu do Primeiro Reinado, onde a Marquesa de Santos morou. Então, eu acho que a pessoa que virá as Olimpíadas vai querer ter um pouco de cultura, saber onde é o Museu do Primeiro Reinado. A primeira coisa que as pessoas gostam de ver é o Centro do Rio, o Rio Antigo. Então, esse pessoal precisa entender que a Barra era bonita quando pequena, porque não precisava ir até a Maceió para ver a areia, para ver coruja, para ver as dunas, mas estão destruindo a Barra da Tijuca! Vejo agora o Governador do Estado falando: “Vamos fazer o Metrô para lá, vamos fazer não sei o quê para lá”. Nós temos que trabalhar conjuntamente para que essa Olimpíada se estenda aos subúrbios da Cidade do Rio de Janeiro! E o patrimônio histórico está nos subúrbios, no Rio Antigo. Quando se fala em revitalizar a Lapa, na época do Alexei Bueno, quando a gente trabalhava para revitalizar a Lapa, a ideia era revitalizar a saúde, revitalizar São Cristóvão, o Conjunto do Rio Antigo como um todo e suas franjas. Esse projeto parece que acabou.

Nossa preocupação, em linhas gerais, seria isso. Baseado nisso, poderia citar também o Museu do Índio, do Marechal Rondon, porque a Praça da Bandeira vê um pedaço de São Cristóvão. O Museu do Índio está lá, totalmente ocupado por indígenas, que estão defendendo lá, mas está caindo. O Projeto do Governo do Estado é construir uma garagem ali e derrubar aquilo, que foi feito por Marechal Rondon. Depois Darcy Ribeiro foi lá e colocou o Museu do Índio. A Cidade vai deixar o seu patrimônio ser destruído com essa flexibilização que está aqui. E isso es-

tá claro aqui. Quando nós vamos à Legislação, diz aqui, no parágrafo 2º do artigo 77:

(LENDO)

“Áreas de entorno de bem tombado, ouvido o Conselho Municipal de Meio Ambiente ou Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, conforme o caso, os recursos obtidos serão aplicados obrigatoriamente em favor da conservação ambiental e cultural.”

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Parecer favorável. Com Audiência Pública local, conforme a Legislação Ambiental. Como é que é na Comissão de Controle Ambiental? Tem que ter uma Audiência Pública, convoca-se as pessoas envolvidas no local de ambiência, com tranquilidade para as pessoas discutirem, e que não haja pressão – que nós sabemos que esse tipo de pressão existe – e aí, após essa Audiência Pública, o parecer para poder salvar o patrimônio.

Aqui no artigo mais adiante, diz assim:

(LENDO)

“Para viabilizar a utilização integral da área total edificada do lote original e sua porção remanescente poderão ser alterados o gabarito ou taxa de ocupação.”

(INTERROMPENDO A LEITURA)

A área de entorno do patrimônio. Quer ver o que aconteceu? Quando foram na Baía de Guanabara, ali no Parque do Flamengo, todo mundo gritou: “Ah, não vai ver a Baía da Guanabara!”. E na Praça da Bandeira? O Centro de Convenções fechou com uma ferradura a igreja histórica da Cidade. E mais uma casa histórica da Cidade está fechada por um centro de convenções. Você passa ali e não pode mais ver a igreja. A área de entorno de todo o patrimônio da Cidade do Rio de Janeiro não está sendo respeitada! São vários imóveis e são construídos espigões em volta. E aí você vai ver na Legislação e a Legislação justamente abre para isso, quando diz o seguinte:

(LENDO)

“Para viabilizar a utilização integral de área total edificável em sua porção remanescente poderão ser alterados gabaritos ou taxa de ocupação em vigor para o mesmo lote, desde que não ultrapasse o limite máximo definido pela Legislação do local específico.”

(INTERROMPENDO A LEITURA)

O Cesar Maia flexibilizou totalmente. Então, permite o aumento de gabarito. E mais: tem a licença.

(LENDO)

“Para os casos mencionados no Artigo 9º, a licença dependerá do parecer favorável dos órgãos de tutela patrimonial, cultural e de Meio Ambiente, no caso do Inciso II.”

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Esses órgãos, de certa forma, sem uma participação maior da sociedade civil, acabam concedendo a licença, legitimados pela tutela de seu órgão ambiental. Então, nós temos que garantir nesse Plano Diretor, não sei de que forma, como vai ser, mas que as entidades da sociedade civil tenham, pelo menos, uma participação paritária nesses órgãos de proteção ambiental, porque senão é a raposa governando o galinheiro! Vai sair o parecer e vai fazendo a respectiva discriminação.

Por último, nessa questão do Porto, que também é uma área que teve centenas de acervos culturais – vejam o caso do Morro da Conceição, que nós acompanhamos no Debate – mas essa área do Porto, revitalização do Porto... Mas e a água que está em frente ao Porto vai ser despoluída? Porque a estação de tratamento de esgoto em São Cristóvão até hoje foi feita pelo operador, no Parque Alegria. A Cedae foi lá, revitalizou, mas a estação é a do Parque Alegria. Então, a primeira coisa que se tem que fazer na Cidade do Rio de Janeiro é cuidar do cocô! São muitas fezes boiando por aí! E não adianta a gente gastar milhões de dólares – milhões de dólares! – construindo, destruindo, construindo, destruindo, se a água está fétida e se o mangue é esgoto *in natura*! Se vocês forem ver as fotos do Rio Antigo, o mangue era um local de visitação. As famílias passeavam por ali. É só pegar, de quem é colecionador, um cartão postal, e vão ver isso. As pessoas frequentavam esse mangue. A Leopoldina, em frente, está totalmente pichada. No subúrbio, todas as casas, todos os patrimônios estão pichados. Eu não vou, aqui, defender a repressão, mas é preciso que haja um processo educacional envolvido com as escolas públicas e com as comunidades para educar de alguma forma o jovem para que ele não piche um monumento no subúrbio. Então, não picha na Zona Sul porque tem Guarda Municipal para evitar a pichação, mas para o subúrbio e para a Zona Norte vale tudo!

Para concluir, eu queria agradecer à Mesa. Nós vamos apresentar emendas aos Srs. Vereadores. A Associação de Moradores já redigiu algumas. Mas nós queremos falar, também, dos clubes existentes em São Cristóvão. Existem dois clubes da cidade. E

nós poderemos estende essas verbas das Olimpíadas. O São Cristóvão foi o primeiro campeão carioca da cidade. É um clube que está precisando de ajuda, agonizando, com dificuldades. Por que as Olimpíadas não podem usar os clubes da cidade? Bangu, Olaria, Bonsucesso, o Vasco. Por que esses clubes, com as suas praças de esporte, não podem ser utilizados nas Olimpíadas? Por que esse negócio de ficar construindo, Construindo, construindo algo que depois não vai ser utilizado, que vai ficar vazio? Não é melhor injetar recursos nesses clubes, em especial o São Cristóvão? Em São Cristóvão, temos São Cristóvão e Vasco da Gama. No Flamengo, o Flamengo. Em Laranjeiras, o Fluminense. E esses clubes são instituições centenárias. Ficam de fora do processo? Para se aumentar? Vai mexer o Sambódromo, que é tombado. Eu não sei nem como é que se vai fazer isso, mas eu li, por alto, que se vai aumentar a arquibancada do Sambódromo. Tem que perguntar ao Niemeyer antes de ele morrer! Niemeyer está doente, está lá, internado. Tem que perguntar se pode mexer, se não pode mexer no Sambódromo.

Em linhas gerais, era isso o que nós tínhamos a dizer sobre o Bairro de São Cristóvão no Plano Diretor. O morador de São Cristóvão gosta de falar que é um bairro imperial, tem orgulho disso, de dizer que é um bairro imperial, apesar de tentarem descharacterizá-lo. Isso não significa que estamos sendo monarquistas. Assim como a França define a sua cidade antiga. Paris, e não é monarquista.

Era só isso. O Vereador Roberto Monteiro, que teve até uma boa votação em São Cristóvão, fica contra as ponderações que nós colocamos aqui. Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ROBERTO MONTEIRO) – Professor, eu agradeço a sua intervenção. Eu só queria dizer, sobre essa questão dos clubes, que nos Jogos Pan-Americanos, por exemplo, o Clube de Regatas Vasco da Gama só não foi utilizado porque o seu antigo Presidente não permitiu que assim o fosse. Então, veja bem, a anuência do clube, também, em participar, e a anuência do governo, de usar os clubes, isso já é histórico. Mas isso precisa ser uma via de mão dupla. Os dirigentes têm que concordar. Mas, como um entusiasta, como sempre o encontro lá no Bairro de São Cristóvão, acho que algumas das suas considerações são extremamente pertinentes e serão levadas em consideração. O senhor é uma pessoa que está no nosso convívio no dia a dia, porque assessora o Vereador Leonel Brizola Neto, por quem nós temos um grande apreço. Muito obrigado.

Eu vou ter que passar a palavra ao Sr. Secretário Sérgio Dias, em função do horário. Nós teríamos aqui mais algumas pessoas inscritas, mas pode ser que essas pessoas, ao usar a palavra, prejudiquem a intervenção final do Secretário.

Então, eu vou pedir que o Secretário faça, com tranquilidade a sua exposição final, em função das indagações realizadas da Tribuna, das colocações que foram realizadas pela Mesa. Que faça a sua intervenção final, para que nós possamos ainda aproveitá-la.

O SR. SECRETÁRIO SÉRGIO RABAÇA MOREIRA DIAS – Agradeço a participação de todos. Todos os assuntos estão aqui anotados e vão ser analisados. Evidentemente que é nossa tarefa fazer a análise das emendas. Nem todas as emendas foram do Executivo. É bom lembrar, realmente, o que a Vereadora comentou. Há uma nova participação, é um novo governo, escolhido pelo povo. E essa nova estrutura teve um trabalho enorme de se manifestar, teve uma participação muito boa, muito intensa e com muita dedicação de todos os técnicos e Secretários da atual gestão da Prefeitura do Rio. Há um desejo muito grande do Prefeito de apoiar ao máximo o Plano Diretor. É um compromisso público dele, e tem feito todas as gestões para isso.

A Secretaria de Urbanismo se dedicou especialmente ao Plano Diretor. Evidente que isso é um desenho de diversos segmentos. Aqui mesmo assistimos a diversas propostas, algumas conflitantes. Mas assistimos a muitas propostas com um grande objetivo comum. É evidente que nós estamos vivendo um momento de coincidência, um novo momento de Olimpíadas no Rio de Janeiro. Não é comentário nosso, é o comentário da Comissão de Avaliação dos Jogos Olímpicos, sobre a candidatura, quando vieram vários integrantes do Comitê Olímpico Internacional, que colocou, em sua conclusão de relatório, que um dos pontos fortes da nossa candidatura – até diferentemente de cidades de países desenvolvidos, como Madri, Tóquio e Chicago – era o total atendimento à legislação, ao Plano Diretor, ao Estatuto da Cidade do Rio de Janeiro. Isso foi considerado um ponto forte. O plano de legado e o plano de Olimpíadas foram desenvolvidos atendendo a essa característica. Eu posso comentar isso. Não fazia parte da Secretaria de Urbanismo na época do início do planejamento. E vou corroborar as palavras da Vereadora Aspásia Camargo, de que havia a tendência de fazer um projeto olímpico concentrado na Barra da Tijuca, porque era uma condição para diminuir os investimentos, aumentar a segurança, diminuir os deslocamentos e diminuir os transtornos da cidade como um todo. Isso poderia ser considerado até um ponto forte na candidatura. A candidatura de Tóquio e a de Chicago usaram esses princípios. O Rio de Janeiro, muito em cima do pensamento da Secretaria de Urbanismo, fez a proposta de descentralizar em quatro zonas os Jogos no Rio de Janeiro, com o objetivo específico de descentralizar os investimentos, aumentar a rede viária. E também de ampliar a capacidade de investimentos para essas regiões, fazer o mundo inteiro, que virá ao Rio de Janeiro, olhar para essas regiões, para suas características próprias. Queríamos criar um projeto de desenvolvimento sustentável que abrangesse

todas as regiões, e aproveitar esses recursos para a Cidade do Rio de Janeiro.

Foram muitas contribuições. Eu não vou me ater especificamente a respostas individuais, mas farei comentários gerais. Sentimos aqui sempre uma grande preocupação – a maior preocupação, talvez – sobre o déficit habitacional. Há pessoas que têm dificuldade de falar “cidade informal” ou “favelização” ou “comunidade”. A gente fica inventando nomes que sejam politicamente adequados, mas o problema é exatamente o déficit habitacional. Acho que desde 1970, quando foi praticamente o fim da política habitacional do governo, o Sistema Financeiro Habitacional, não se produziu um projeto de política habitacional para o Brasil inteiro. Daí a gente observar o grande crescimento da favelização, não só da Cidade do Rio de Janeiro, mas como de todas as cidades do Brasil. Atualmente, a gente vê o ressurgimento de uma política habitacional, através do projeto “Minha Casa, Minha Vida”, que faz o financiamento direto ao proprietário, ao consumidor, ao adquirente final. Isso é um atendimento especial. Queria fazer uma correção do que falou o Sr. Jorge Barros sobre a especulação imobiliária; eu não estava presente, mas a gente tem uma grande preocupação, não dizendo que o morador da comunidade faz especulação. O que a gente, provavelmente, quis dizer, um colega nosso de Secretaria, e não sei qual foi a Secretaria, mas realmente, nós não podemos admitir que pessoas estranhas à comunidade desalojem pessoas da comunidade, construam irregularmente e vendam aquela propriedade. Isso sim é especulação, é ganhar dinheiro em cima de quem não pode pagar. Tem unidades habitacionais indignas, de 30 metros quadrados, o que é uma quitinete, um espaço único sem condições de habitabilidade, que são alugadas por R\$ 500,00 por mês, ao passo que no processo da “Minha Casa, Minha Vida” você compra um apartamento de R\$ 80 mil, R\$ 70 mil, pagando prestações de R\$ 500,00 por mês.

Essa é a grande diferença. A Cidade tem que produzir – não só a Cidade, mas o País inteiro, a União Federal, o Município – habitações populares a preços que o morador possa pagar. Nas faixas salariais de 0 a 3 salários mínimos, você adquire com a prestação de R\$ 50,00 por mês. Isso é um grande passo para a reversão do *déficit* habitacional do País. Estamos começando um ciclo e essa política tem que ser mantida. A Cidade do Rio de Janeiro promoveu uma legislação de incentivos fiscais, e essa Casa em que estamos, a Câmara de Vereadores, aprovou a legislação um dia após a regulamentação do projeto “Minha Casa, Minha Vida” do Governo Federal. A Cidade do Rio de Janeiro foi a primeira Cidade a se regulamentar, criando leis que visassem à redução do custo da casa popular para essa faixa da população carioca, e também de flexibilidade. A flexibilidade foi no sentido de corrigir alguns critérios que não seriam compatíveis, como a exigência de apartamentos de porteiro, e outras exigên-

cias que normalmente não são utilizadas para esse tipo de habitação.

A cidade sustentável, que foi muito comentada aqui também, é um projeto com que o Plano Diretor tem grande preocupação, e a Cidade está desenvolvendo projetos nessa linha. O urbanismo é um urbanismo que tem a característica de pensar na sustentabilidade. Todos os projetos que estamos conduzindo têm essa grande preocupação.

Outro aspecto que foi comentado, o retorno da moradia para o Centro da Cidade, tem sido enfaticamente trabalhado pela Prefeitura. A prioridade do projeto da Prefeitura é a revitalização do Centro da Cidade, através dos projetos, especialmente do Porto do Rio de Janeiro, que tem uma característica completamente diferente dos portos já conhecidos e já revitalizados, porque não apenas atua no projeto de revitalização e de embelezamento do Porto e transformação do Porto industrial em Porto turístico. A gente tem a dificuldade de trabalhar no complexo porque urbaniza um Porto vivo, um Porto industrial, ativo, que gera serviços, gera recursos, gera impostos para a Cidade. Então, daí a grande dificuldade desse trabalho, especialmente porque no Porto nós vamos investir especialmente, em infraestrutura. São 76 km de rede de saneamento, a despoluição do canal do mangue, alimentação de toda a região portuária, que tem 5 milhões de metros quadrados, é maior do que os maiores bairros da Zona Sul. Vão ser abastecidos de uma infraestrutura urbana capaz de atrair para essa Cidade os moradores que possam reduzir os seus tempos de deslocamento entre residência e trabalho. Isso, eu acho, é uma maneira moderna e eficiente de gerar infraestrutura para a Cidade, especialmente para a área que a gente está considerando como a mais importante de revitalização.

Eu queria deixar à disposição de todos os presentes qualquer manifestação através de nossas consultas, ou através de *site* ou *e-mail*. A gente tem o Conselho, o Compur, diversas pessoas aqui participam assiduamente, e também com a presença de diversos Vereadores. Todo mês a gente tem reunião e não é necessário ser membro do Compur para participar. A gente recebe os convidados e os temas da Cidade são, normalmente, discutidos no Compur especialmente desde o lançamento do Plano Diretor, do início dessa atual gestão. Todas as sessões são utilizadas como um tema do Plano Diretor da Cidade.

Então, eu queria agradecer a oportunidade de participar, de defender a nossa Cidade. Agradecer à Câmara de Vereadores, agradecer a todos os Vereadores presentes, à participação da Secretaria de Urbanismo no Plano Diretor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ROBERTO MONTEIRO) – Secretário Sérgio Rabaça, parece que temos algumas manifestações no Plenário de que nem todas as foram colocações contempladas. Eu

sei que V. Exa. está com o seu tempo já, vamos dizer assim, no limite. Mas caso V. Exa. não possa ficar, alguns de seus técnicos estão aqui presentes e, para que essas pessoas possam se considerar contempladas ao fazer o uso da palavra – parece que são 5 inscrições aqui... Caso V. Exa. tenha que se retirar, fique à vontade, mas se pudesse deixar um de seus técnicos aqui conosco, seria importante.

Eu vou passar imediatamente a palavra à senhora Rosa Chaves, que está aguardando.

A SRA. ROSA CHAVES – Boa tarde a todos. Eu sou representante da Ilha do Governador. E, nesta oportunidade, na qual se está discutindo a questão do Plano Diretor da Cidade, eu gostaria de falar, especialmente, para o nosso Secretário Sérgio, para olhar com carinho a Ilha do Governador, porque ela não vai somente até o Galeão. A Ilha do Governador é mais do que o Galeão: possui 500 mil habitantes e hoje está caracterizada como macrozona incentivada. Isso significa que tudo pode. Existem investimentos na área econômica, projeções para uma ampliação, um boom econômico na Ilha do Governador. E não podemos deixar de lembrar que a Ilha, justamente por ser uma ilha, tem a sua limitação espacial. E todo planejamento urbanístico no Plano Diretor deverá contemplar esse espaço dentro de suas especificidades. É importante que os membros dessa Comissão da Câmara examinem também a dinamização das economias locais, mas também com foco nas infraestruturas correspondentes a essa dinamização, porque não adianta nada ter vários desenvolvimentos dentro do espaço insular e não ter esgoto para atender, nem tampouco mobilidade. Eu acho que a Ilha do Governador não está sendo olhada pelos componentes desta Mesa e por todos com o respeito que deveria ter, porque todos embarcam e desembarcam lá. Nós precisamos ser olhados. Nós temos o petróleo e o gás do Rio de Janeiro, nós temos o Aeroporto do Rio de Janeiro, mas ninguém está olhando para a Ilha do Governador como deveria olhar, só está olhando até o aeroporto. O plano da Olimpíada para 2016 só fala até o aeroporto, mas não fala como os turistas vão sair de lá. É de Metrô, é de trem, é de ônibus? E a população, e o povo flutuante que já trabalha na Ilha do Governador? Vamos engarrafar os turistas todos? Essa é uma questão. É importante olhar o Plano Diretor, a Ilha do Governador, com o enfoque que ela merece. Não adianta incentivar um boom imobiliário na região – seria bom atrair as pessoas que lá trabalham, mas tem que ter infraestrutura correspondente. A Ilha não vai somente até o Galeão, vai até o Bananal, até a Freguesia, e não tem infraestrutura, nem de saneamento, nem de esgoto, nem de saúde, nem de educação, não tem hospital, não tem nada. Não vou me omitir. Espero que todos olhem com carinho essa situação, porque o Secretário esteve lá, e eu estive presente, entreguei um documento sobre a condição insular para ele. E agora é o

momento de ele comprovar essa atenção com a Ilha do Governador. Quero esse desafio cumprido no Plano Diretor e no plano da Olimpíada para a Ilha como um todo, e não somente até o Galeão. Eu e todos os moradores da Ilha.

O SR. PRESIDENTE (ROBERTO MONTEIRO) – Muito obrigado, D. Rosa.

A SRA. ROSA CHAVES – Complementando, lá é um espaço de 40 km quadrados. Se não conseguirem fazer nada em um espaço de 40 km quadrados, não farão no Rio de Janeiro nada a contento.

O SR. PRESIDENTE (ROBERTO MONTEIRO) – Muito obrigado, D. Rosa. Passo a palavra ao Sr. Sérgio Bahia.

O SR. SÉRGIO BAHIA – Boa tarde a todos. Eu serei muito breve. Quero fazer uma pergunta e apresentar uma sugestão. Na realidade, a pergunta é muito simples. Estamos em uma Audiência sobre o Plano Diretor, para discutir as questões relativas ao urbanismo, mas estamos discutindo em cima de que objeto? Nós temos uma proposta do Executivo de 2001. Depois, temos uma proposta do Executivo revista em 2009. E hoje nos foi distribuído esse documento, que eu não sei se é do Gabinete da Vereadora Aspásia Camargo, ou se isso representa uma posição da Câmara, que está discutindo o Plano Diretor. Minha dúvida é neste sentido, quando esse documento, que não tem assinatura, se reporta ao Artigo 81. O Artigo 81 está se referindo à proposta de 2001, antiga, e não à proposta do Artigo 81 revista em 2009. Está uma coisa meio confusa. Minha primeira pergunta seria essa.

E, seguindo essa mesma linha, minha sugestão seria a seguinte: uma Audiência Pública tem como objetivo traduzir as questões para a sociedade. Eu sou arquiteto, sou professor universitário do Departamento de Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Tenho condição de comparar um documento e outro e tentar entender isso, mas se o objetivo maior é trazer a população do Rio de Janeiro a participar, efetivamente, da discussão do nosso Plano Diretor, minha sugestão seria a seguinte: que as propostas fossem sistematizadas com críticas ao Plano de 1992, o que estava bom e o que não estava. Sobre as propostas que estão sendo apresentadas, no que elas são melhores e em que ponto são melhores. Assim fica fácil a gente entender qual o posicionamento do Executivo. Por exemplo, se eu pegar o anexo 8, onde o coeficiente de aproveitamento, por exemplo, da área central é 11, e o coeficiente de aproveitamento máximo está passando para 15, o que está por trás disso? Qual a intenção do Executivo? A questão de estar se trabalhando outorga onerosa, por exemplo, nas demais áreas da macrozona controlada, de passar para dois e meio, três e meio... Eu não vou entrar no mérito da questão, dis-

cutir o ponto específico. A partir do momento em que a equipe do Executivo, que é uma equipe de excelência – estou falando não por estar na presença da Alice, da Cláudia, mas porque tive a oportunidade de participar por um breve período da gestão municipal – acho que a gente tem a nosso favor uma equipe super competente, contamos com uma Subsecretária de Urbanismo que está à frente dessa pasta há várias gestões, então conhece bem todos os problemas da nossa Cidade. Eu acho que ficou faltando, talvez, da Comissão do Plano Diretor da Câmara com o auxílio da equipe do Executivo, traduzir, sistematizar essas propostas, para que a população possa entender quais as reais intenções do Executivo em relação a essa revisão. A partir daí, eu acho que teremos condição de discutir, junto com representantes do Executivo, com representantes do Legislativo, cada uma das propostas.

Por fim, gostaria de fazer um lamento em função de a Presidente da Comissão não ter podido ficar até o final. Acho que também precisamos de um maior comprometimento do Legislativo Municipal, pois, como bem falou o Vereador Paulo Pinheiro, de nada adianta a sociedade civil estar discutindo as questões do Plano Diretor, quando, na hora da aprovação, quem vai aprovar é o Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ROBERTO MONTEIRO) – Senhor Sérgio, muito obrigado pela sua participação. Quanto ao documento objeto da sua indagação, eu não pude verificar. Como a gente já está em fase de encerramento, talvez seja o documento distribuído pela equipe técnica da Comissão do Plano Diretor. O documento será debatido, para que, em função das discussões contrárias e das manifestações a favor, a Comissão possa digerir tudo e conduzir aquilo que for pertinente para a votação. Não é um documento oficial da Comissão que será aprovado desde já, mas um debate inicial. As técnicas querem fazer algum comentário final?

A SRA. CLÁUDIA MURICI – Nós realmente concordamos com o Sérgio. Eu acho que foi uma falha involuntária. Eu coloco os dois Poderes, Executivo e Legislativo, sobre um esclarecimento melhor sobre esses documentos e sobre como foi sistematizado. Eu aqui peço perdão em nome das duas Casas. Porque, realmente, o documento de que nós estamos tratando é uma soma dos dois. Isso teria que ter sido mais claro. As propostas que vieram em forma de Emenda nesse ano vieram com o propósito não de mudar, de jeito nenhum, o Substitutivo número 3. Quando a gente fala o LC de 2001, na verdade é o de 2006. A gente não tem o objetivo de mudar, assim como esse não teve, absolutamente, o objetivo de mudar o Plano Diretor de 1992. Muito pelo contrário, temos o objetivo de fortalecer, complementar, depois de tanto tempo, e corrigir algumas falhas. Na verdade, a

gente encarou como um processo contínuo, mas isso teria que ficar mais claro. Todo esse processo deveria ter ficado mais claro. E, como hoje não tem muito tempo, nós nos colocamos à disposição na Secretaria para todos os esclarecimentos. De qualquer jeito, só para ficar muito breve a explicação, as emendas foram fruto de um trabalho, de uma Comissão, que reunia técnicos de várias Secretarias, as mesmas que fizeram o Plano Diretor de 1992, as mesmas que fizeram o Substitutivo número 3, mas que, agora, diante da nova gestão, por conta de planejamentos internos nas Secretarias, na mudança de gestão, por conta de leis federais que não tinham sido contempladas no Substitutivo 3 - como a Lei Nacional de Saneamento, a Lei Nacional de Habitação de Interesse Social - e por conta, também, de várias demandas por parte da sociedade civil organizada, nós fizemos essas propostas de emendas. Nós vimos aqui várias demandas, algumas que talvez não foram bem compreendidas, porque essas emendas já contemplavam. Outras, não propriamente as emendas do Executivo contemplavam, mas as emendas anteriores do Legislativo, que foram quase mil emendas, que nós consideramos também, porque já estavam lá, já contemplavam... A gente pretendia, essa era a demanda, que fosse votado esse plano ainda este ano, como os Vereadores falaram. Como que em tão pouco tempo nós vamos dar conta de todas as demandas da sociedade? Nós chegamos, então, a um critério, que foi utilizar o documento do Ministério Público. Existe uma recomendação do Ministério Público para a Câmara, para que ela não vote o Substitutivo 3 da forma que está apresentado, por conta de não achar suficiente, fazendo algumas críticas. E nós usamos nessa Comissão de 2009 exatamente este documento. Primeiro, porque é um documento do Ministério Público, que, por si, só, já é suficiente para merecer uma revisão. Segundo porque esse documento fazia demandas que traduziam, em geral, as principais demandas da sociedade civil organizada. Em terceiro, porque como o documento vinha tecnicamente embasado, é fácil usar isso para tratar do que eles nos pediam para ajustar no plano. E esses ajustes foram localizados, ou focalizados, em cima desses pontos principais do Ministério Público. Não havia tempo para mais. Então, o documento que nós estamos analisando hoje - eu não sei o que vocês receberam, mas o que está em pauta hoje - o Substitutivo nº 3, com as emendas que foram enviadas, que, basicamente são em cima de 5 pontos...

As ações e diretrizes efetivas da política de desenvolvimento de meio ambiente, a política de meio ambiente e para a política de saneamento ambiental, essas foram bem desenvolvidas. E, por último, criar mecanismos de monitoramento, as ações necessárias à implementação do Plano Diretor, que foi um título inteiro de sistemas de planejamento, que foi bastante desenvolvido nessa última revisão, que seria até bastante interessante a gente

poder esclarecer isso para vocês. Estamos à disposição para esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (ROBERTO MONTEIRO) – A Subsecretária Maria Madalena quer fazer alguns esclarecimentos a respeito da Audiência Pública que houve na Ilha do Governador. Por favor, Subsecretária.

A SRA. MARIA MADALENA SAINT MARTIN DE AS-TÁCIO – A Rosa Chaves falou sobre a Ilha do Governador, mas de jeito nenhum a Ilha do Governador está esquecida. Nós tivemos uma Audiência Pública – foi também quinta-feira, semana passada – na Subprefeitura da Ilha.

O SR. PRESIDENTE (ROBERTO MONTEIRO) – Só para esclarecer, de qualquer forma, ela estava lá presente. De alguma forma, teve ciência também da...

A SRA. MARIA MADALENA SAINT MARTIN DE AS-TÁCIO – É para demonstrar que a Prefeitura e a Secretaria de Urbanismo estão preocupadas. É claro que um estudo da Ilha do Governador e dos impactos que as Olimpíadas terão e as intervenções demandam uma revisão da legislação local, que não está nem contemplada no Plano Diretor. Todo o Plano Diretor soma uma macrozona – até a Nice tinha comentado que causa uma certa confusão, quando diz “incentivada”. Não quer dizer que nós estamos dando incentivo, nem aumentando índice, mas ela não tem restrições de ocupação, como se coloca na Zona Sul, que se considera como saturada. Por que baixa o índice e se cobra para construir? Isso não ocorre na Ilha do Governador. Nós estamos estudando a legislação da Ilha do Governador, os problemas que a Ilha do Governador vem enfrentando. Nós ouvimos os moradores, que compareceram a essa Audiência Pública e a nossa Coordenadoria Regional de Planejamento da AT 3 vai começar os estudos agora na Ilha do Governador.

O SR. PRESIDENTE (ROBERTO MONTEIRO) – Agradeço a presença de todos, e dou por encerrado o Debate Público.

(Encerra-se o Debate Público às 13h58)